



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

| CPI - PETROBRAS                                 |                     |                   |             |
|-------------------------------------------------|---------------------|-------------------|-------------|
| EVENTO: Audiência Pública                       | REUNIÃO Nº: 1629/15 | DATA: 31/08/2015  |             |
| LOCAL: Foro da<br>Seção Judiciária do<br>Paraná | INÍCIO: 10h05min    | TÉRMINO: 12h41min | PÁGINAS: 75 |

| DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO                                                                                                                                                                       |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA - Depoente.<br>JOÃO ANTONIO BERNARDI FILHO - Depoente.<br>OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO - Depoente.<br>JORGE LUIZ ZELADA - Depoente.<br>ELTON NEGRÃO DE AZEVEDO - Depoente. |
| SUMÁRIO                                                                                                                                                                                                 |
| Tomada de depoimentos.                                                                                                                                                                                  |
| OBSERVAÇÕES                                                                                                                                                                                             |
| Reunião realizada em Curitiba, Estado do Paraná.                                                                                                                                                        |



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Cumpridas as normas regimentais, declaro aberta a 46ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS, entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela PETROBRAS com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da PETROBRAS na África.

Expediente.

Mensagem eletrônica enviada pela 13ª Vara Federal de Curitiba, Paraná, com decisão exarada pelo Exmo. Juiz Sérgio Fernando Moro, em resposta ao ofício encaminhado pela CPI. A decisão autoriza as oitivas solicitadas nos seguintes termos: *“Não havendo incompatibilidade com as audiências designadas por este Juízo e considerando os poderes de requisição próprios da CPI, autorizo que os investigados/acusados (...) sejam conduzidos por agentes da Polícia Federal, nas respectivas datas, ao auditório da sede da Justiça Federal de Curitiba”*.

Ofício do Ministro do Supremo Tribunal Federal Teori Zavascki em resposta à solicitação de reconsideração das decisões que indeferiram o compartilhamento de informações sob sigilo. No ofício, reitera o Ministro a impossibilidade de atendimento ao pedido por impedimento legal quanto às regras para depoimento à luz da Lei nº 12.850, de 2013. Registra que a responsabilidade pelo descumprimento da lei é do próprio investigado, não cabendo ao Poder Judiciário disciplinar sua conduta.

Ordem do Dia.

A presente reunião destina-se a audiência pública para tomada de depoimento dos Srs. João Antonio Bernardi Filho, convocado pela aprovação do Requerimento nº 662, de 2015, de autoria do Deputado Bacelar; Otávio Marques de Azevedo, convocado pela aprovação dos Requerimentos nºs 37, de 2015, de autoria dos Deputados Carlos Sampaio, Antonio Imbassahy e Izalci; 901, de 2015, de autoria do Deputado Ivan Valente, e 905, de 2015, de autoria do Deputado Aluisio



Mendes; Jorge Luiz Zelada, convocado pela aprovação dos Requerimentos nºs 22, de 2015, de autoria dos Deputados Carlos Sampaio, Antonio Imbassahy, Bruno Covas e Izalci; 98, de 2015, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Efraim Filho; 538, de 2015, de autoria do Deputado Ivan Valente; José Dirceu de Oliveira e Silva, convocado pela aprovação dos Requerimentos nºs 14, de 2015, de autoria dos Deputados Carlos Sampaio, Antonio Imbassahy, Bruno Covas e Izalci; 117, de 2015, de autoria dos Deputados Eliziane Gama e Moses Rodrigues; e Elton Negrão de Azevedo, convocado pela aprovação do Requerimento nº 1.046, de 2015, de autoria do Deputado Celso Pansera.

Examinando os requerimentos de convocação para esta assentada e considerando a condição de presos que ora se impõe a todos os depoentes, em face da contribuição que poderão dar aos objetivos dessa investigação, informo que os depoentes serão ouvidos na condição de investigados, sendo-lhes garantidos os direitos constitucionais.

Convido primeiramente, a pedido da sua defesa — já que ele tem outros depoimentos, segundo informações, no dia de hoje —, o Sr. José Dirceu de Oliveira e Silva a tomar assento à mesa. *(Pausa prolongada.)*

Advirto que V.Sa. será ouvido na qualidade de investigado, tendo em vista o teor dos requerimentos aprovados, sendo-lhe garantidos todos os direitos constitucionais inerentes à sua condição, inclusive o de permanecer em silêncio e ser assistido pelo seu defensor.

Informo a V.Sa. que a sua colaboração para a elucidação dos fatos certamente terá efeito nas conclusões desta CPI e que a versão apresentada nesta assentada poderá atrair para V.Sa. outros benefícios que a lei lhe garante.

Peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa. O tempo concedido aos convidados será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteado. Os Deputados interessados em interpelá-los deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

Com a palavra, por até 20 minutos, o Sr. José Dirceu, para saudações iniciais.



**O SR. JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA** - Seguindo a orientação do meu advogado, vou permanecer em silêncio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Concedo a palavra ao Relator, o Deputado Luiz Sérgio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sr. José Dirceu, V.Sa. efetivamente prestou serviço de consultoria a alguma das empresas investigadas pela Operação Lava-Jato?

**O SR. JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA** - Seguindo a orientação do meu advogado, vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Quais eram os serviços prestados? Resumia-se à prospecção de novos clientes?

**O SR. JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA** - Seguindo a orientação do meu advogado, permanecerei em silêncio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Quais provas V.Sa. teria para confirmar os serviços realizados?

**O SR. JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA** - Seguindo a orientação de meu advogado, permanecerei em silêncio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa. permanecerá em silêncio diante de todas as perguntas ou, dependendo da pergunta formulada, V.Sa. fará a opção de responder?

**O SR. JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA** - De todas as perguntas.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sr. Presidente, diante da afirmação de que não responderá a nenhuma das perguntas, eu me dou por satisfeito e devolvo a palavra a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Sr. José Dirceu, a CPI dispõe de alguns instrumentos caso o investigado se sinta mais seguro, confortável para falar, que é tornarmos a reunião reservada. Esse é um dispositivo que, enquanto Presidente, eu posso adotar, caso V.Sa. deseje responder a alguns questionamentos apenas aos membros da CPI. Eu indago se, mesmo nessa condição, V.Sa. permanecerá em silêncio.



**O SR. JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA** - Vou permanecer em silêncio, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Vamos aos próximos inscritos. O 1º Sub-Relator é o Deputado Altineu Côrtes.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sr. Presidente, eu vou consignar as minhas perguntas, já que o Sr. José Dirceu vai permanecer em silêncio. Então, eu vou só registrar as minhas perguntas nesta sessão de hoje. Acho que não vai ser produtivo eu fazer nenhum tipo de questionamento, já que ele não vai responder.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Bruno Covas, 2º Sub-Relator, com a palavra.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Bom dia, Sr. Presidente, Sr. Relator e demais presentes.

Sr. José Dirceu, de acordo com o Laudo Pericial 1.742, de 2015, da Polícia Federal, a empresa JD Assessoria e Consultoria Ltda., entre 2 de janeiro de 2009 e 18 de dezembro de 2014, movimentou cerca de 34,5 milhões de reais, período inclusive em que V.Sa. foi réu, condenado e preso. V.Sa. poderia nos dizer se parte desse valor teve origem no esquema montado na PETROBRAS?

**O SR. JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA** - Seguindo a orientação de meu advogado, permanecerei em silêncio.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - É, enfim, orientação que respeitamos, e lamentamos, porque, neste período em que o Brasil vê o seu PIB retrair em 2%, seria ótimo V.Sa. ensinar como é que se arrecadam 34 milhões de reais. Mas, de qualquer forma, vamos respeitar a orientação.

O Sr. Alberto Youssef, no seu termo de colaboração, disse *“que tanto a presidência da Petrobras quanto o Palácio do Planalto tinham conhecimento da estrutura que envolvia a distribuição e repasse de comissões no âmbito da estatal; que, indagado quanto a quem se referia em relação ao termo “Palácio do Planalto”, esclarece que tanto à Presidência da República, Casa Civil, Ministro de Minas e Energia, tais como Luis Inácio Lula da Silva, Gilberto Carvalho, Ideli Salvatti, Gleisi Hoffman, Dilma Rousseff, Antonio Palocci, José Dirceu e Edson Lobão (...)”*

O senhor confirma ou nega essa informação do Sr. Alberto Youssef?



**O SR. JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA** - Seguindo a orientação de meu advogado, permanecerei em silêncio.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - O senhor confirma que foi responsável pela condução de Renato Duque ao cargo de Diretor de Serviços da PETROBRAS?

**O SR. JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA** - Seguindo a orientação de meu advogado, permanecerei em silêncio.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Sr. Presidente, dado aqui o acordo de que, quando a testemunha for permanecer em silêncio, nós vamos nos limitar a poucas perguntas, eu depois encaminho as restantes por escrito.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Vamos agora aos autores do requerimento. O primeiro autor é o Deputado Antonio Imbassahy. S.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Sr. Presidente Hugo Motta, Sr. Relator Luiz Sérgio, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, meus cumprimentos.

Sr. José Dirceu, na última ocasião em que V.Sa. foi preso pela Polícia Federal, numa coletiva, o representante do Ministério Público Federal declarou que V.Sa. *“repetiu o esquema do mensalão”* e que V.Sa. também foi *“instituidor e beneficiário do esquema da Petrobras, mesmo durante e após o julgamento do mensalão”*. Eu gostaria, se possível, que V.Sa. fizesse algum comentário a respeito dessa grave declaração do representante do Ministério Público Federal.

**O SR. JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA** - Seguindo a orientação de meu advogado, permanecerei em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Sr. Presidente, eu teria mais uma declaração a fazer, também com base em depoimentos em delação premiada, sobre a especialização do depoente, com respeito a Cuba, Venezuela e África. Ele venderia serviços especializados nesses três países. Mas eu percebo que o depoente tomou a decisão, que nós respeitamos, de permanecer em silêncio, segundo o depoente, de acordo com a orientação dos advogados. Portanto, como os demais membros da CPI, eu passarei à Secretaria as perguntas que seriam formuladas ao depoente José Dirceu.



Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Os outros autores não estão presentes. O Deputado Celso Pansera — perdão — é um dos autores. Tem S.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Presidente, nós estivemos com o Ministro Celso de Mello, e ele nos colocou claramente as limitações e os direitos constitucionais dos investigados. Nós inclusive recebemos a resposta do Ministro Teori; depois eu queria ler o conjunto dela. Eu farei uma pergunta apenas e, no caso de não haver resposta, vou subscrever as demais para a Mesa.

Sr. José Dirceu, os seus advogados têm refutado, ao menos segundo as informações que saíram na imprensa, a possibilidade de um acordo de delação premiada. O senhor considera a possibilidade de fazer também o uso desse recurso jurídico chamado delação premiada?

**O SR. JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA** - Seguindo a orientação de meus advogados, permanecerei em silêncio.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Presidente, eu vou encaminhar as demais perguntas à Mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Delegado Waldir é o próximo inscrito. S.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, funcionários da Polícia Federal, da Justiça Federal — é fantástico o trabalho que tem sido realizado nessa investigação —, senhores advogados, Sr. José Dirceu, eu vou formular algumas perguntas dentro daquele acordo que nós fizemos inicialmente aqui. Eu gostaria de saber... O Brasil todo quer essa resposta, Sr. José Dirceu; o Brasil todo busca essa resposta. O senhor é o líder dessa organização criminosa, ou a Justiça Federal, o Ministério Público, a Polícia Federal chegarão ao verdadeiro líder dessa organização que dilapidou o patrimônio dos brasileiros nos últimos 12 anos? O senhor é o líder dessa organização criminosa ou existe alguém acima do senhor?

**O SR. JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA** - Seguindo a orientação de meu advogado, permanecerei em silêncio.



**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - É um pena, porque o Brasil gostaria de ter essa resposta. Mas eu acredito que o Dr. Sérgio Moro, a Polícia Federal e o Ministério Público, que vêm fazendo um excelente trabalho, devem trazer essa resposta ao povo brasileiro.

As investigações apontam doações de algumas empresas para a campanha do seu filho. O senhor se arrepende de envolvê-lo nessa operação?

**O SR. JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA** - Seguindo a orientação de meus advogados, permanecerei em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Sr. José Dirceu, eu percebi na investigação que vários membros dessa organização criminosa que foi investigada são aqui do Paraná. Isso tem alguma relação ou existe algo que o senhor poderia comentar a respeito?

**O SR. JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA** - Seguindo a orientação de meu advogado, permanecerei em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - É a última pergunta, Sr. Presidente. O senhor foi chamado em vários eventos — e eu acompanhei pela mídia, pela imprensa — pelos petistas como “guerreiro do povo brasileiro”. Eu vi que, em vários eventos, houve manifestações a esse respeito. Hoje, depois do mensalão e do petrolão, o senhor pode ser chamado de “ladrão do dinheiro do povo brasileiro”?

**O SR. JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA** - Seguindo a orientação de meus advogados, permanecerei em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra à Deputada Maria do Rosário.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, quero cumprimentar V.Exas. e me dirigir especialmente ao José Dirceu, dizendo que ele tem de nossa parte a confiança de que será extremamente claro ao longo deste processo... inclusive por saber hoje pela manhã — eu não tinha essa informação — que o Sr. José Dirceu sequer foi ouvido no âmbito da polícia nessas 4 semanas em que se encontra preso.





A prerrogativa de alguém que está sendo investigado é, em primeiro lugar, saber qual é acusação e ter formalmente essa acusação constituída. Nós vivemos num Estado Democrático de Direito. Esse Estado estabelece prerrogativas exatamente para aqueles que estão sob tutela dele, de forma especial. E esse é um pressuposto fundamental pelo qual eu aqui, olhando para José Dirceu, quero estabelecer um reconhecimento de que a sua vida também foi pela democracia.

Então, eu venho a esta CPI hoje para dizer que não há aqui alguém que foi danoso ao patrimônio público, muito menos à PETROBRAS. Ao contrário, quero de peito aberto dizer que essa companhia foi revigorada e revitalizada ao longo dos períodos de governo do Presidente Lula e da Presidenta Dilma; que estamos combatendo a corrupção, sim, e que nós, como participantes e apoiadores deste Governo, seguiremos combatendo a corrupção. Temos a clareza de que esse é o nosso papel institucional para melhorarmos as instituições brasileiras e as livrarmos da corrupção, mas não nos dobraremos diante daqueles ataques que são inadequados.

Então, eu venho aqui, em verdade, para dizer isso e exigir, inclusive, que aquela pessoa que está hoje em investigação, que tem o direito constitucional de permanecer calada nesta reunião, seja ouvida por quem precisa ser ouvida neste momento em que está presa, que é pela polícia, em primeiro lugar. E que seja ouvido brevemente, porque ficar 4 semanas em prisão alguém que já estava preso sem ser ouvido sequer pela polícia — e fiquei sabendo hoje pela manhã disso — demonstra um desapego, pelo menos, a princípios fundamentais.

Era essa a minha observação.

Muito obrigada, senhores.

Boa reunião a todos ao longo desses 3 dias.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Carlos Andrade.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Quero cumprimentar a todos: o Sr. Presidente, todos os Deputados, a imprensa presente, o Sr. José Dirceu e os advogados que estão aqui.

Gostaria somente de formular duas perguntas ao Dr. José Dirceu.



O senhor não acha que agora é o momento de contar para o Brasil quem são os outros envolvidos, do Governo ou fora do Governo, que V.Sa. vem acobertando até agora? Essa seria uma pergunta.

Dr. José Dirceu, sendo o senhor muito próximo do ex-Presidente Lula, sendo responsável pelos maiores esquemas de corrupção da história deste País, em tendo prejudicado a imagem de Lula, deveria ser considerado um traidor do Brasil?

Seriam as duas perguntas.

**O SR. JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA** - Seguindo a orientação de meus advogados, permanecerei em silêncio.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Sr. Presidente, encaminharei as demais perguntas para que possam ser trabalhadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Não havendo mais Parlamentares inscritos e diante do silêncio do Sr. José Dirceu, eu dispenso S.Sa. (*Pausa.*)

Convido o Sr. João Antonio Bernardi Filho a tomar assento à mesa. (*Pausa prolongada.*)

Advirto que V.Sa. será ouvido na qualidade de investigado, tendo em vista o teor dos requerimentos aprovados, sendo-lhe garantidos todos os direitos constitucionais inerentes à sua condição, inclusive o de permanecer em silêncio e ser assistido pelo seu defensor.

Informo a V.Sa. que a sua colaboração para a elucidação dos fatos certamente terá efeito nas conclusões desta CPI e que a versão apresentada nesta assentada poderá atrair para V.Sa. outros benefícios que a lei lhe garante.

Peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa. O tempo concedido aos convidados será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteados. Os Deputados interessados em interpelá-los deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

Com a palavra, por até 20 minutos, o Sr. João Antonio Bernardi Filho.

**O SR. JOÃO ANTONIO BERNARDI FILHO** - Eu considero que, por recomendação dos meus advogados, eu vou permanecer em silêncio.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Luiz Sérgio, Relator desta CPI.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa. é representante, sócio administrador ou procurador de alguma empresa no Brasil ou no exterior?

**O SR. JOÃO ANTONIO BERNARDI FILHO** - Eu sinto, mas vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa. representa a empresa italiana Saipem, de serviços de petróleo?

**O SR. JOÃO ANTONIO BERNARDI FILHO** - Por recomendação, vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sr. Presidente, em permanecendo o depoente em silêncio, vou aqui antecipar uma fala de V.Exa.: a CPI também tem o mecanismo de solicitar que a reunião possa ser fechada, secreta. Em a reunião sendo fechada e secreta, V.Sa., nesse contexto, optaria por falar ou permaneceria nessa posição de não falar?

**O SR. JOÃO ANTONIO BERNARDI FILHO** - Eu permaneceria em silêncio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sr. Presidente, permanecendo o depoente em silêncio e não trazendo nenhuma contribuição a esta relatoria, eu devolvo a palavra a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o 1º Sub-Relator, Deputado Altineu Côrtes.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sr. Presidente, ainda há pouco, quando o Sr. José Dirceu estava aqui, eu disse que vou registrar as perguntas que faria a ele. Como os nobres colegas estão fazendo, e muito bem, apenas algumas perguntas, eu vou agora também colocar só algumas perguntas ao Sr. João Antonio Bernardi Filho.

O senhor era sócio do Sr. Alexandre Santos de Oliveira?

**O SR. JOÃO ANTONIO BERNARDI FILHO** - Eu vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - O senhor é genro de Irani Carlos Varella, ex-Diretor da PETROBRAS no Uruguai?

**O SR. JOÃO ANTONIO BERNARDI FILHO** - Vou permanecer em silêncio.



**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - O senhor escolhe muito bem os sócios, porque o Sr. Irani Varella era, então, o ex-assessor especial da Sra. Graça Foster. O senhor sabia disso?

**O SR. JOÃO ANTONIO BERNARDI FILHO** - Eu vou permanecer... Sim.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Ah, pelo menos o senhor respondeu uma pergunta. Então, o senhor não permaneceu em silêncio na pergunta. O senhor o escolheu porque ele era ligado a Graça Foster?

**O SR. JOÃO ANTONIO BERNARDI FILHO** - Eu vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Agora o senhor voltou ao silêncio então. Vou deixar umas perguntas registradas para o senhor. O senhor é apontado pela Polícia Federal como laranja do Sr. Renato Duque. O senhor confirma isso?

**O SR. JOÃO ANTONIO BERNARDI FILHO** - Eu vou permanecer em silêncio, Excelência.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - O senhor sabe que diversas delações premiadas estão sendo feitas. O senhor está em algum entendimento pra fazer delação premiada?

**O SR. JOÃO ANTONIO BERNARDI FILHO** - Excelência, eu vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Então, Sr. Presidente, eu queria registrar aqui o restante das perguntas. Mas só pra fazer uma observação, Excelência, quero dizer que a ex-Presidente Graça Foster, quando veio depor nesta CPI, teve um posicionamento e depois voltou atrás com a sua palavra, quando ela disse que ia responder algumas perguntas do organograma da PETROBRAS, depois ela não o fez. E, a cada dia, a cada semana que eu tenho estudado a CPI, eu tenho sentido o envolvimento de pessoas ligadas a ex-Presidente Graça Foster. Isso vai fazer parte, pelo menos, do que eu vou apontar como Sub-Relator, com certeza, com fatos concretos. Hoje aqui é um grande exemplo disso. O senhor que está aqui presente era sócio de uma pessoa ligada à Sra. Graça Foster.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Por enquanto, ele não vai responder, seria só isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.



O Deputado Bruno Covas, 2º Sub-Relator, tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Sr. João Bernardi, de acordo com denúncia do Ministério Público, o senhor atuou lavando dinheiro proveniente de crimes de corrupção em favor de Renato de Souza Duque, mediante autorização das contas das empresas Hayley S.A. e Hayley do Brasil, para o recebimento e posterior internalização dos valores provenientes do crime. Além disso, o senhor ofereceu vantagem indevida a Renato Duque para favorecer a Saipem S.A., na celebração de contrato da obra de instalação do Gasoduto Submarino de Interligação dos Campos de Lula e Cernambi com a PETROBRAS.

Diante do exposto, indago a V.Sa.: o senhor lavou dinheiro para Renato Duque?

**O SR. JOÃO ANTONIO BERNARDI FILHO** - Excelência, eu vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - V.Sa. confirma que repassou propina a Renato Duque na forma de obras de arte?

**O SR. JOÃO ANTONIO BERNARDI FILHO** - Excelência, eu vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - V.Sa. confirma que, no dia 5 de outubro de 2011, às 11h30min da manhã, no Largo da Carioca, Centro do Rio de Janeiro, dirigia-se à sede da PETROBRAS para entregar 100 mil reais de vantagem indevida prometida a Renato Duque, quando foi assaltado a cerca de 270 metros da PETROBRAS?

**O SR. JOÃO ANTONIO BERNARDI FILHO** - Excelência, eu vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Quero parabenizar o Deputado Altineu que conseguiu quebrar, por alguns segundos, o seu silêncio, mas, infelizmente, V.Sa. se mantém agora em silêncio. Passo também as demais perguntas por escrito.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - O autor, Deputado João Bacelar, não está presente. Vamos para a lista de inscrições.

Com a palavra o Deputado Celso Pansera, que é o primeiro inscrito.



**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Sr. Antonio Bernardi Filho, o senhor conhece o Sr. Alberto Youssef?

**O SR. JOÃO ANTONIO BERNARDI FILHO** - Eu vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - O senhor poderia dizer quem são os seus sócios na Hayley e qual a relação dela com a Saipem?

**O SR. JOÃO ANTONIO BERNARDI FILHO** - Excelência, eu vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Sr. Presidente, eu vou subscrever as demais perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Delegado Waldir.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Bom dia, Sr. João Antonio Bernardi Filho! Bom dia, doutor! Vi no interrogado anterior, o Sr. José Dirceu, e vejo no senhor também uma fisionomia cansada, abatida, cabelos brancos, grisalhos, que não foram pintados, vejo que o senhor — me parece — tem passado grande dificuldade.

Penso, como delegado que fui e diretor de unidade prisional, nas dificuldades que o senhor deve estar passando, à noite: frio, banho frio, queimando marmita ali, a xepinha. Então, realmente é uma situação difícil. Fico pensando na sua família. Não sei se o senhor tem esposa, filhos. Neste momento, aqui, está toda a imprensa nacional, e a sua esposa, seus netos devem estar lhe assistindo em casa. O senhor poderia trazer aqui para esta CPI uma grande contribuição ao povo brasileiro. Eu sei que o senhor tem uma orientação do seu advogado. Eu acho que no momento certo, talvez, o senhor venha até a fazer uma delação premiada. O senhor é peixe pequeno. Eu acredito que os verdadeiros ladrões do povo brasileiro, alguns estão aqui, até saíram há pouco, e outros não foram presos ainda. Eu acho que há muito mais gente.

Então, eu gostaria de saber se, neste momento, o senhor gostaria de falar ao povo brasileiro da sua participação. O senhor não falou nas perguntas do Deputado Bruno Covas, dos demais Deputados. Se o senhor gostaria... Oportunidades como



esta serão poucas, e o Brasil gostaria de ouvi-lo. O senhor gostaria de responder às nossas perguntas, Sr. João Antonio?

**O SR. JOÃO ANTONIO BERNARDI FILHO** - Excelência, por recomendação do meu advogado, eu vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Tranquilo. Eu vou consignar duas perguntas, Sr. Presidente, muito rapidamente. Eu gostaria de saber se a PETROBRAS era o parque de lazer da corrupção brasileira. Se lá o senhor se encontrava com Youssef, com Renato Duque e com outros ladrões do nosso dinheiro, do dinheiro do povo brasileiro.

**O SR. JOÃO ANTONIO BERNARDI FILHO** - Eu vou permanecer em silêncio na pergunta.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - O.k. Aproveitando a pergunta do Deputado Bruno Covas, existe aquele velho ditado — não é, Deputado Bruno e Sr. Presidente? — que diz: *“ladrão que rouba ladrão tem mil anos de perdão”*. Só que neste caso estamos vendo o senhor, estamos vendo José Dirceu, Renato Duque, todos atrás das grades. No Brasil, esse ditado está mudando.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Tem a palavra a Deputada Maria do Rosário.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Sr. João Antonio Bernardi Filho, que informações o senhor pode oferecer sobre cartéis, sobre estruturas que lesaram o patrimônio da PETROBRAS? O senhor tem informações que possa oferecer?

Eu estou lhe fazendo essa pergunta para ficar consignado, porque, enfim, esta CPI busca estabelecer os fatos e o conhecimento dos fatos. Então, faço-lhe a pergunta, ainda que respeite a prerrogativa que o senhor tem de permanecer calado e não constituir prova contra o senhor.

Eu lhe faria uma pergunta também, se o senhor já foi ouvido no âmbito da Polícia. Eu acho que isso é importante.

Então, se o senhor considerar importante responder aqui essas duas questões, se tem informações e se já foi ouvido. Enfim, são as duas questões que eu teria para o senhor.



**O SR. JOÃO ANTONIO BERNARDI FILHO** - Excelência, a respeito das suas perguntas, eu vou permanecer em silêncio.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Certo, senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Carlos Andrade.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. João Bernardi, eu gostaria de fazer só duas perguntas: o senhor foi levar 100 mil reais ao Diretor Renato Duque, mas acabou sendo assaltado, quase em frente à sede PETROBRAS, o senhor sacou esse dinheiro, em quantia, em espécie, em algum banco?

**O SR. JOÃO ANTONIO BERNARDI FILHO** - Eu vou permanecer em silêncio, Excelência.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - A empresa Hayley fazia movimentações, exclusivamente para o Sr. Renato Duque ou atendia a outros clientes? Quais?

**O SR. JOÃO ANTONIO BERNARDI FILHO** - Eu vou permanecer em silêncio, Excelência.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Só mais uma pergunta: quantas obras de arte o senhor comprou para o Sr. Renato Duque? Eram todas legítimas? Por que essa predileção em relação à obra de arte?

**O SR. JOÃO ANTONIO BERNARDI FILHO** - Vou permanecer em silêncio, por favor.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Tem a palavra a Deputada Eliziane Gama. *(Pausa.)*

Deputado Altineu deseja fazer mais pergunta?

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - É porque eu e o Deputado, nós fizemos perguntas em conjunto. Ele se esqueceu de ler a última frase. Quando o senhor foi assaltado, em frente da PETROBRAS, com 100 mil reais, então, *“ladrão que rouba ladrão tem 100 anos de perdão”*.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Cem mil.





**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Cem mil reais, não é isso? O senhor concorda com a frase? O senhor não ficou triste, não é? "*Ladrão que rouba ladrão tem 100 anos de perdão*". Estava levando dinheiro para o Renato Duque, assaltaram, roubaram 100 mil. "*Ladrão que rouba ladrão tem 100 anos de perdão*".

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - A Deputada Eliziane Gama está com a palavra.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Antonio Bernardi, ainda sobre o assalto de 100 mil reais, o senhor achou estranho esse assalto? O senhor estava com muito dinheiro, em espécie, de repente, exatamente naquele momento, teve um assalto. Foi um assalto em condições anormais? Eventualmente, foi alguém que também participasse desse esquema de pagamento de propinas ou foi um assalto comum, corriqueiro, como acontece, infelizmente, diariamente no Brasil?

**O SR. JOÃO ANTONIO BERNARDI FILHO** - Excelência, a senhora sabe que eu sou réu na Justiça Federal e eu vou esclarecer esse ponto completamente perante o juiz.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Mas o senhor só me diga uma coisa: o senhor achou estranho esse assalto? É só isso que eu estou querendo entender. Se foi um assalto eventualmente a alguém, um assaltante, como acontece todos os dias no Brasil, ou foi um assalto que aconteceu por alguém que eventualmente não estava, digamos assim, tão contente em você levar esse dinheiro para o Duque? De repente, vamos lá — o Pedro Barusco (*risos*) —, enfim, vamos lá pegar esse dinheiro de volta e pegar aqui... O senhor não sentiu nada estranho, não?

**O SR. JOÃO ANTONIO BERNARDI FILHO** - Excelência, eu vou permanecer em silêncio a respeito da sua pergunta.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - O senhor está sorrindo, não é? Algumas vezes nós estamos vendo que o senhor está sorrindo. O senhor está sorrindo por quê? Foi porque o senhor realmente achou estranho? O senhor se sentiu vítima, duplamente — digamos assim? Vítima do Duque, vítima também de alguém do Duque, que tirou o dinheiro do Duque — digamos assim?



**O SR. JOÃO ANTONIO BERNARDI FILHO** - Eu vou permanecer em silêncio, Excelência.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Outra coisa, Sr. Antonio Bernardi, aquisição de obra de arte no Brasil é hoje o mecanismo, não somente no Brasil, mas também fora do Brasil, mais utilizado hoje para esconder o pagamento da propina, porque você consegue inclusive guardar, e os valores de obra de arte são grandiosos, vultosos, inclusive. Além de adquirir obra de arte, qual é era o outro tipo de mecanismo que também vocês utilizaram para poder esconder todo esse volume de propina que era levantado?

**O SR. JOÃO ANTONIO BERNARDI FILHO** - Excelência, eu vou permanecer em silêncio.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Só mais uma pergunta: transações em bancos na Suíça ou em qualquer paraíso fiscal, o senhor fez?

**O SR. JOÃO ANTONIO BERNARDI FILHO** - Vou permanecer em silêncio, Excelência.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - O senhor fazia essas visitas constantemente? Por exemplo, o senhor foi algumas vezes à Suíça?

**O SR. JOÃO ANTONIO BERNARDI FILHO** - Vou permanecer em silêncio.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Antonio Imbassahy.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Sr. Presidente, eu entendo o esforço de V.Exa., do Relator, do Sub-Relator e dos membros da CPI. Nós estamos aqui em Curitiba tentando, através das convocações, ouvir depoimentos que possam, efetivamente, nos ajudar no relatório final, com respeito a essa crise que se instalou no País, de grandes proporções, que foi o petróleo.

Lamentavelmente, até para a nossa frustração, no início dos trabalhos, nós nos deparamos com dois depoentes que se abrigam na Constituição, e a Constituição Federal lhes oferece esse direito, não há nenhuma dúvida, de permanecerem em silêncio, em proteção a autoincriminação, de maneira que eu lamento bastante, e eu espero que talvez os próximos depoentes possam contribuir,



auxiliar, porque o que a gente vê, ao longo dessa Operação Lava-Jato é uma sucessão de colaborações premiadas, por uma lei que foi inspirada, Sr. Presidente, após a CPI dos Correios e que tem permitido desvendar esse crime que se instalou na PETROBRAS e muito provavelmente em outras empresas brasileiras. Eu apenas lamento — está certo? — e compreendo a situação de cada depoente, mas, assim como outros membros aqui da CPI, eu vou também fazer o encaminhamento das minhas perguntas posteriormente a esta sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Diante do silêncio do Sr. João Antonio Bernardi Filho, e não havendo mais Parlamentares inscritos, eu dispensei V.Sa.

Convido o Sr. Otávio Marques de Azevedo a tomar assento à mesa. *(Pausa.)*

Advirto que V.Sa. será ouvido na qualidade de investigado, tendo em vista o teor dos requerimentos aprovados, sendo-lhe garantidos todos os direitos constitucionais inerentes à sua condição, inclusive o de permanecer em silêncio e ser assistido pelo seu defensor.

Informo a V.Sa. que a sua colaboração para a elucidação dos fatos certamente terá efeito nas conclusões desta CPI e que a versão apresentada nesta assentada poderá atrair para V.Sa. outros benefícios que a lei lhe garante.

Eu peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa. O tempo concedido ao convocado será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser apartado. Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

Com a palavra, por até 20 minutos, o Sr. Otávio Marques de Azevedo.

**O SR. OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO** - Bom dia. Eu permanecerei em silêncio, por recomendação dos meus advogados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Relator desta CPI, Deputado Luiz Sérgio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sr. Otávio, quando e em que circunstância V.Sa. foi convidado a trabalhar na empresa Andrade Gutierrez?



**O SR. OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO** - Eu... Por recomendação dos meus advogados, eu permanecerei em silêncio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Nós, aqui na CPI, temos a prerrogativa de transformar a reunião em uma reunião fechada, uma reunião secreta. Ela, sendo transformada numa reunião fechada e secreta, V.Sa., dependendo da pergunta, optaria em responder, ou se manterá nessa posição de silêncio?

**O SR. OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO** - Eu permanecerei na posição de silêncio, recomendada pelos meus advogados.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sr. Presidente, assim sendo, passo a palavra de volta a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Altineu, 1º Sub-Relator.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sr. Otávio Marques, obviamente, quem sou eu para dar essa opinião, mas é a minha opinião que vocês perdem um momento. O senhor e os senhores que sentam aqui estão diante do Brasil inteiro para falar aquilo que lhes possa, pelo menos, defender, não lhes incriminar. Já que o senhor tem o direito de permanecer em silêncio, o senhor poderia falar sobre aquilo, talvez sobre as suas... as injustiças que estão sendo cometidas com o senhor, segundo, talvez, o seu ponto de vista, sem lhe prejudicar em nada. E aí nós da CPI fizemos essa viagem aqui para ouvi-los, com a expectativa aqui de toda a imprensa, de todo o Brasil, e vocês vêm e não colaboram. Não colaboram com a verdade. Então, essa instrução dos advogados, aos quais tenho todo o respeito, sinceramente não contribui, na minha opinião, nem para o senhor, nem para o Brasil, porque aí a gente fica sempre a imaginar um monte de coisa, porque tem aquele ditado: "*Quem cala consente*". Então, por exemplo, na área de telefonia, o senhor fez toda a transação com a Portugal Telecom, e isso, lá em Portugal, já deu prisão, escândalos e mais escândalos, eu fico pensando se tudo isso que está acontecendo no petróleo, não aconteceu na área de telefonia aqui, na fusão da Oi e da Brasil Telecom, que o senhor presidiu. No seu depoimento aqui à Polícia Federal, uma das suas colocações foi que o senhor foi Presidente do Conselho. Então, fico me perguntando: se tudo que aconteceu com a Andrade Gutierrez no petróleo não está



acontecendo hoje no Brasil na comunicação, já que o senhor faz parte desse sistema e fortemente, porque representa empresas fortíssimas da comunicação aqui no País. Mas eu gostaria de lhe perguntar: como o senhor conheceu Paulo Roberto Costa?

**O SR. OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO** - Eu vou permanecer em silêncio, conforme recomendação dos meus advogados.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Quem ajudou o senhor a conseguir os contratos lá do COMPERJ, em Itaboraí?

**O SR. OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO** - Eu vou permanecer em silêncio, conforme recomendação dos meus advogados.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - O senhor já foi lá em Itaboraí, no COMPERJ, onde foi a maior corrupção da PETROBRAS constatada nesse processo da Lava-Jato pela Polícia Federal, pelo Ministério Público Federal, pelo Dr. Sérgio Moro, que faz esse trabalho espetacular? O senhor já foi fisicamente lá ao COMPERJ?

**O SR. OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO** - Eu vou continuar permanecendo em silêncio, conforme recomendação dos meus advogados.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sr. Presidente, tenho diversas perguntas aqui. Fico muito frustrado com esse tipo de atitude, apesar de estar dentro da lei, e quero dizer que nós precisamos tomar cuidado. Nós vamos ter o relatório desta CPI para construirmos aí um futuro. E o Sr. Otávio Marques de Azevedo representa no Brasil uma grande parte do sistema de telecomunicações. E o brasileiro hoje paga o preço mais caro. Será que isso é combinado? Será que existe um cartel também na comunicação? Isso me faz pensar que sim. Se o senhor dirigiu a Andrade Gutierrez nesse cartel que assaltou o País, isso pode estar acontecendo na área de comunicação também. É uma pena o senhor não poder aqui se defender, não querer se defender.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo Sub-Relator é o Deputado Bruno Covas, que tem a palavra.



**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - V.Sa. foi denunciado pelo Ministério Público pelo crime de organização criminosa, corrupção ativa por 106 vezes, em concurso material, e lavagem de dinheiro por 39 vezes, em concurso material. O senhor confirma isso?

**O SR. OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO** - Olhe, eu vou me manter em silêncio, conforme recomendação dos meus advogados, por gentileza.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - V.Sa. pode confirmar se a Andrade Gutierrez participava do cartel montado para dilapidar o patrimônio da PETROBRAS?

**O SR. OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO** - Eu vou permanecer em silêncio, conforme recomendação dos meus advogados.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Em seu depoimento, perguntado quanto ao pagamento de vantagens ilícitas a funcionários e dirigentes da PETROBRAS e de outras empresas coligadas por parte da Andrade Gutierrez, afirmou desconhecer esse assunto. O senhor mantém o que disse no seu depoimento?

**O SR. OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO** - Eu vou permanecer em silêncio, conforme recomendação dos meus advogados.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - O senhor conhece o Sr. Fernando Soares?

**O SR. OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO** - Eu vou permanecer em silêncio, conforme recomendação dos meus advogados.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - É verdade que o senhor vendeu um barco pra ele, no valor de 1 milhão e meio de reais?

**O SR. OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO** - Eu vou permanecer em silêncio, conforme recomendação dos meus advogados.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Sr. Presidente, eu tenho várias perguntas, mas dado o silêncio do depoente, vou fazer depois por escrito.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Vamos ao autor aqui presente, Deputado Antonio Imbassahy. Temos três autores, os outros dois não estão



presentes, Deputado Ivan Valente e Deputado Aluisio Mendes. São três autores, o Deputado Imbassahy fala pelos autores.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Sr. Presidente, eu acho que a CPI mais uma vez cumpre com as suas obrigações. Nós já estivemos aqui em Curitiba em duas ocasiões anteriores. A primeira foi para fazer entendimentos com o Exmo. Sr. Juiz, o Dr. Sérgio Moro, com relação à funcionalidade da CPI e também com relação às oitivas, depoimentos que nós estaríamos programando para Curitiba.

Fizemos aqui uma rodada de oitivas, estamos na segunda rodada de depoimentos, mas eu quero mais uma vez registrar que, embora cumpramos com as nossas obrigações, evidentemente que aos depoentes cabe o direito de ficar em silêncio. Eu lamento bastante, vamos prosseguir na expectativa de que outros depoentes possam se manifestar e contribuir com os trabalhos desta Comissão.

Assim sendo, Sr. Presidente, eu vou fazer também o encaminhamento das perguntas logo após o encerramento da sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Celso Pansera.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Sr. Otávio Marques, o Sr. Augusto Mendonça, da Toyo Setal, quando se reportou à situação de insolvência da empresa dele, falou que não havia outra alternativa a ele se não ingressar no “Clube das Empreiteiras”, para que tivesse acesso a contratos com a PETROBRAS. Da mesma forma, o Sr. Dalton Avancini, da Camargo Corrêa, reportou assunto de que, para assinar contratos com a PETROBRAS, necessariamente teria que estar naquilo que se convencionou chamar “Clube VIP” ou “Clube das Empreiteiras”, em função da pressão de diretores da PETROBRAS quanto ao direcionamento dos contratos.

O senhor confirma a existência desse clube e a pressão de diretores da PETROBRAS, no sentido de que as empreiteiras precisavam fazer esse pré-arranjo, para depois conseguirem os contratos com a PETROBRAS?

**O SR. OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO** - Eu vou permanecer em silêncio, conforme recomendação dos meus advogados.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Há uma outra questão à qual nós temos, na CPI, nos dedicado bastante, que é a questão da própria gestão da



PETROBRAS. Alguns dos delatores, como o Sr. Roberto Costa, que fizeram acordo na Justiça relatavam que a parte da propina paga — esse dinheiro desviado, em alguns casos 1%, 2%, 3% — era advinda da parte do lucro das empresas e não de sobrepreço daquilo que era praticado pela PETROBRAS. Nós sabemos que a PETROBRAS fazia um cálculo do preço médio de mercado e permitia, na formação de preço final para a assinatura de contrato, uma variação de 20% a menos desse preço de mercado e até 15% a mais do preço de mercado. O senhor confirma essa informação?

**O SR. OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO** - Eu vou permanecer em silêncio, conforme recomendação dos advogados.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Presidente, eu também vou subscrever as perguntas. A gente tem um conjunto de perguntas. Estamos aqui cumprindo o nosso papel, mas temos que reconhecer as nossas limitações e o papel e os direitos constitucionais dos acusados. Mas é lamentável, porque seria um bom momento para o Brasil tomar pé de mais alguns fatos que envolveram a PETROBRAS nesses últimos anos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Delegado Waldir está com a palavra.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia, senhores advogados. Bom dia, Sr. Otávio Marques de Azevedo.

Vamos fazer algumas perguntas, no nosso direito de questionamento. Parece que o senhor vai permanecer em silêncio, mas eu tenho que fazer alguns questionamentos, porque o Brasil, neste momento, nos acompanha. E o Brasil está ansioso para ver se a Polícia Federal, se o Ministério Público Federal, se o Dr. Sérgio Moro vão chegar, na verdade, ao grande líder dessa organização criminosa.

Não se faz corrupção sem corruptor e vice-versa. Eu gostaria de saber se o senhor já fez ou pretende fazer a delação premiada.

**O SR. OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO** - Eu vou permanecer em silêncio, conforme recomendação dos meus advogados.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Tranquilo. O senhor é Presidente da Andrade Gutierrez, uma das maiores empresas do Brasil, e, hoje, na condição de





presidiário. O senhor tem filhos, o senhor tem esposa, o senhor tem netos, e acho que está sendo uma tremenda dificuldade se eles tiverem que vir visitar o senhor. Acho que mudou completamente a vida do senhor: de frequentador das principais rodas, com o Presidente Lula, com eventos em São Paulo, no Rio de Janeiro, de repente o senhor viver numa circunstância extremamente humilhante, que o senhor não imaginava, que nenhum brasileiro imaginava. Eu gostaria de saber se o senhor está arrependido.

**O SR. OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO** - Eu vou permanecer em silêncio, conforme recomendação dos meus advogados.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Eu vejo os cabelos grisalhos do senhor e, pelas condenações que foram mencionadas pelo Bruno, pelas investigações que o senhor está respondendo, isso poderia levar o senhor a passar o resto de sua vida na cadeia. Então, isso realmente nos preocupa.

Eu gostaria de saber se o senhor tem conhecimento se, nessa organização criminosa que foi instalada no País, na PETROBRAS e em outros órgãos, foi destinado dinheiro de propina para a campanha do ex-Presidente Lula, da atual Presidente, Dilma, de Governadores, de Senadores e de Deputados Federais, se o senhor esteve pessoalmente com agentes políticos e fez a destinação de dinheiro — não é o dinheiro que normalmente as construtoras fazem legalmente, mas o dinheiro de propina, de bandidagem. Eu gostaria de saber se o senhor poderia responder a essa pergunta.

**O SR. OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO** - Eu vou permanecer em silêncio, conforme recomendação dos meus advogados.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - A última pergunta, Sr. Presidente, muito rapidamente. Nós estamos próximos de uma campanha eleitoral, 2016 está aí. O senhor acha que a Andrade Gutierrez e as demais construtoras já estão separando dinheiro para investir nas campanhas de 2016 e de 2018? Eles vão continuar com esse esquema criminoso que acabou com o nosso País? Hoje nós vemos o dólar disparado, falta de educação, falta de presídio — o senhor está vendo as condições dos presídios brasileiros —, falta de segurança pública. Então, o País está acabado por falta de administração. O senhor acha que as construtoras vão



continuar nesse esquema criminoso e já estão fazendo reservas de dinheiro para a campanha de 2016 e de 2018, ou o senhor acha que elas aprenderam a lição? O senhor acha que... O petrolão, a Lava-Jato, nós tivemos outros esquemas de corrupção, e elas têm insistido nesse esquema. O senhor acha que elas já estão fazendo reserva para as próximas campanhas eleitorais?

**O SR. OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO** - Eu vou permanecer em silêncio, conforme recomendação dos meus advogados.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Muito obrigado, Sr. Otávio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Concedo a palavra à Deputada Maria do Rosário.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Senhor depoente, eu quero inicialmente dizer que nós estamos em um processo no Brasil. Na semana passada, o Procurador-Geral da República, quando na sabatina do Senado Federal, ele usou uma frase até bastante popular e interessante que diz: *“O pau que bate em Chico bate em Francisco”*. E nós estamos, na verdade, cumprindo um procedimento que talvez melhore efetivamente — acredito — o País, para que essas circunstâncias que estamos identificando, que ocorreram no âmbito da PETROBRAS e nas relações com o setor privado, não aconteçam e para melhorarmos as instituições.

Mas, quando escuto algum Parlamentar que lhe pergunta sobre uma campanha eleitoral, eu não posso deixar de dizer que os recursos eleitorais de contribuição das empresas para a campanha do Presidente Lula ou da Presidenta Dilma foram os das mesmas empresas que contribuíram com Aécio Neves. Então, eu estou citando aqui: o mesmo pau que bate em Francisco bate em Chico.

A política nacional... Lamentavelmente, os Deputados e Deputadas tiveram uma oportunidade, há pouco tempo, de votarem pelo fim do financiamento privado das campanhas. Eu votei pelo fim do financiamento privado das campanhas; a Deputada Eliziane também votou pelo fim do financiamento privado das campanhas; vários Deputados, de vários partidos. Mas prevalece o financiamento privado, porque a maioria votou a favor do financiamento privado. Então, eu não vou aqui fazer aqui um discurso contra algo que os meus colegas acabaram renovando, esse instituto de financiamento privado, lá dentro da Câmara dos Deputados.



Agora, eu quero dizer aos senhores... Acho que o senhor tem consciência de que aqui a investigação é das pessoas, não das empresas. E eu espero que, ao final disso, a verdade prevaleça, as pessoas sejam responsabilizadas pelos seus atos indevidos, mas que as empresas brasileiras sejam preservadas, porque realmente eu vejo, muitas vezes, um pronunciamento que não vê a importância, talvez, da empresa nacional.

Eu avalio que as pessoas à frente das instituições podem errar, e não deveriam. Muitas vezes, não estão adequadamente cumprindo a lei naquilo que é obrigação no âmbito de uma grande empresa — isso é a Justiça que vai decidir, com o contraditório estabelecido —, mas nós temos uma responsabilidade de preservação das empresas, sob pena de um grande patrimônio nacional, como o pré-sal, ficar colocado, então, para as empresas estrangeiras. Eu acho que isso nós não devemos querer também para o Brasil.

Então, queria fazer este pronunciamento e perguntar sobre isso ao senhor, porque, na verdade, a responsabilidade sobre os atos indevidos no âmbito de uma empresa é da sua direção. O senhor tem essa consciência plena, até porque nós trabalharemos no Brasil por preservação de empresas de caráter nacional, jamais pelo fim dessas empresas, ainda que os seus responsáveis venham a ser responsabilizados por atos indevidos que aconteceram no setor privado, se comprovados — e tudo indica, no âmbito desta CPI, que nós temos indicações claras —, e no setor público também, aqueles que agiram indevidamente no setor público, inclusive servidores de carreira que desmerecem carreiras importantes de uma vida inteira. Aqui foram citados vários deles, como delatores ou outros, que até mesmo desmerecem seus colegas de profissão e de carreira no âmbito da PETROBRAS, como esses que foram citados no último período.

Então, é essa a consideração que eu quero fazer. Talvez seja provável que o senhor venha a ser responsabilizado. Se for, enfim, decidido assim na Justiça, será responsabilizado o senhor, e não a empresa que o senhor dirigiu, que tem funcionários, milhares de colaboradores, de funcionários honrados e corretos, que estão lá batalhando pelo seu emprego no dia a dia, que devem ser considerados, sem dúvida. Eu penso que cada pessoa tem a sua consideração sobre isso.



Era apenas uma consideração nesse sentido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Deputado Delegado Waldir, em nome da boa convivência que nós vamos procurar ter aqui em Curitiba até quinta-feira, eu não tenho dúvida de que V.Exa. irá abrir mão da palavra, e nós seguiremos com os nossos trabalhos.

Concedo a palavra ao Deputado Carlos Andrade.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Sr. Presidente, muito obrigado.

Dr. Otávio de Azevedo, gostaria de fazer-lhe três perguntas. Antes, porém, quero dizer que o senhor está fazendo uso de um recurso que a Constituição lhe garante, mas o senhor perde a grande oportunidade de esclarecer o Brasil, até porque traz um desgaste à empresa, a um conglomerado que tem uma referência na sociedade brasileira. Penso que o senhor perde esta grande oportunidade.

A primeira pergunta seria: qual foi a comissão combinada entre o representante da Andrade Gutierrez e o Fernando Baiano para conquistar o contrato da coqueria na Arábia Saudita?

**O SR. OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO** - Eu vou permanecer em silêncio, conforme recomendação dos meus advogados.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - O senhor confirma que a política de doações da Andrade Gutierrez era doar exclusivamente para diretório dos partidos?

**O SR. OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO** - Eu vou permanecer em silêncio, conforme recomendação dos meus advogados.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - A Andrade Gutierrez nunca fez doação direta para nenhum candidato?

**O SR. OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO** - Eu vou permanecer em silêncio, conforme recomendação dos meus advogados.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Dr. Otávio, pergunto ainda: o senhor era o número um daquela organização, a Andrade Gutierrez?

**O SR. OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO** - Eu vou permanecer em silêncio, conforme recomendação dos advogados.



**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Quem era o responsável, dentro da empresa Andrade Gutierrez, em fazer a interlocução com a PETROBRAS?

**O SR. OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO** - Eu vou permanecer em silêncio, conforme recomendação dos advogados.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Só mais uma pergunta: em 2012, o senhor, mesmo estando em São Paulo, vendeu uma lancha avaliada em 1 milhão e meio de reais — conforme o Deputado Bruno indagou agora há pouco — para o Sr. Fernando Baiano, que morava no Rio. O senhor acredita que o Sr. Fernando Baiano tenha comprado essa embarcação procurando se aproximar do senhor? Ou o senhor acredita que a compra ocorreu completamente por acaso?

**O SR. OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO** - Eu vou permanecer em silêncio, conforme recomendação dos meus advogados.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Sr. Presidente, muito obrigado.  
Muito obrigado, Sr. Otávio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputada Eliziane Gama, V.Exa. tem a palavra.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Otávio Azevedo, o senhor é considerado um dos maiores e mais poderosos empresários do Brasil — e não somente do Brasil, mas fora do Brasil —, por comandar mais de 30 empresas, nas mais variadas áreas: construção civil, telecomunicações, saneamento, energia, enfim, várias áreas. Há um respeito, inclusive da classe empresarial, muito grande pelo senhor, pelo poderio que o senhor tem no Brasil e, como eu falei, até mesmo fora do Brasil. Entretanto, o senhor está aqui nesta CPI, sendo ouvido por uma Comissão, está preso, acusado de fazer parte de um esquema de corrupção numa organização criminosa no Brasil, acusado de pagamento de propina.

No Brasil, fala-se muito que a justiça brasileira não existe e que não há um sentimento, no Brasil, de que os corruptos vão para a prisão, especialmente os poderosos. Sempre falam: *“Olha, só vão os pequeninhos, só vão os peixes pequenos; os peixes grandes nunca chegam a ser presos”*. Entretanto, o senhor, que é um desses grandes nomes do Brasil, está hoje aqui, diante de nós, e preso. Eu pergunto ao senhor: o senhor acredita na justiça brasileira?



**O SR. OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO** - Eu vou permanecer em silêncio, conforme recomendação dos meus advogados.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Otávio, nós já conversamos aqui com Barusco, com Youssef, com Paulo Roberto Costa e com vários outros, que falam de forma clara, que admitem na própria colaboração premiada a participação deles, eu diria assim, nesse esquema de corrupção. E sempre colocam, por exemplo, que não há uma gratuidade nessas doações. Sabemos que a relação de mercado é uma relação muito selvagem do ponto de vista de buscar recursos, de manter realmente o lucro das grandes empresas, exatamente por essa competição de mercado.

A minha pergunta para o senhor é exatamente nesse sentido: Essas doações das empresas, quando se fazem, por exemplo, para os partidos, são feitas de uma forma gratuita, são feitas por boa vontade, são feitas por que acreditam que aquele determinado político vai fazer melhor pelo Brasil? Ou de fato é uma doação vinculada, é uma doação viciada, é uma doação comprometida, já esperando depois burlar uma licitação, ou coisa parecida, e conseguir, por exemplo, uma determinada obra?

**O SR. OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO** - Eu vou permanecer em silêncio, conforme recomendação dos meus advogados.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Só tenho mais uma pergunta para o senhor. Quando falamos do clube do bilhão, dessas grandes empreiteiras que participaram desse esquema de corrupção na PETROBRAS, aí colocamos, por exemplo, a relação da empresa que recebia, ou melhor, que fazia o pagamento da propina. Mas no esquema muito relacionado aos diretores da PETROBRAS, sempre se coloca: *“Não, mas a gente tinha que entrar no esquema, senão a gente estava fora”*. E realmente é isso. A investigação é clara em relação a isso. Ou se participava desse esquema, ou então acabava ficando à margem desses investimentos e, portanto, não conseguia, por exemplo, esses grandes contratos.

Eu pergunto ao senhor: havia uma garantia aos diretores? Havia uma garantia assim: *“Olhe, você vem, não vai ter problema nenhum. Nós vamos também protegê-lo. Vamos ter realmente uma relação de confiança”*? Era passada essa



segurança aos empresários, para que eles de fato pudessem participar do esquema? Ao mesmo tempo, sei, por exemplo, que uma empresa como a Andrade Gutierrez e outras mais são empresas bilionárias, são empresas que, em tese, não precisariam participar de esquema para poder ter os grandes contratos, porque tinham lastro para isso, tinham condições inclusive técnicas para participar desses grandes empreendimentos.

**O SR. OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO** - Eu vou permanecer em silêncio, conforme recomendação dos meus advogados.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Muito obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Não havendo mais Parlamentares inscritos, e diante do silêncio do Sr. Otávio Marques de Azevedo, eu dispenso S.Sa.

**O SR. OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO** - Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Já convido o Sr. Jorge Luiz Zelada a tomar assento à mesa. (*Pausa prolongada.*)

Advirto V.Sa. de que será ouvido na qualidade de investigado, tendo em vista o teor dos requerimentos aprovados, sendo-lhe garantidos todos os direitos constitucionais inerentes à sua condição, inclusive o de permanecer em silêncio e ser assistido por seu defensor.

Informo a V.Sa. que a sua colaboração para a elucidação dos fatos certamente terá efeito nas conclusões desta CPI e que a versão apresentada nesta assentada poderá atrair a V.Sa. outros benefícios que a lei lhe garante.

Peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa.

O tempo concedido ao convocado será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteado. Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

Com a palavra, por até 20 minutos, o Sr. Jorge Luiz Zelada.

**O SR. JORGE LUIZ ZELADA** - Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares. Eu, por orientação da minha defesa, vou me resguardar, no direito de ficar em silêncio nesta oitiva.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Passo a palavra para o Relator, Deputado Luiz Sérgio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sr. Jorge Zelada, V.Sa. poderia nos relatar a sua formação acadêmica, a sua trajetória profissional, quando ingressou na PETROBRAS e quais as funções que V.Sa. desempenhou nessa empresa?

**O SR. JORGE LUIZ ZELADA** - Excelência, eu vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Poderia nos relatar a sua relação com o Sr. Paulo Roberto Costa, se mantinham uma relação, desde quando se conheciam? Ou se se limitavam a uma relação dentro da empresa? Ou se mantinham uma relação social, fora da empresa?

**O SR. JORGE LUIZ ZELADA** - Vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sr. Presidente, assim sendo, diante da posição de se manter em silêncio, eu vou remeter à Taquigrafia as demais perguntas e passo a palavra para V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Altineu Côrtes é o 1º Sub-Relator e tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sr. Jorge Luiz, o senhor foi denunciado na 27ª Vara Criminal da Capital do Rio de Janeiro, junto com o Sr. Marco Antonio Duran, Diretor de Contratos da Construtora Norberto Odebrecht, quando o senhor fez a contratação, em processo licitatório, do Plano de Ação de Certificação em Segurança, Meio Ambiente e Saúde da Área Internacional em favor da Odebrecht, resultando na contratação da Odebrecht por 825 milhões 660 mil dólares, em setembro de 2010. Esse contrato foi lícito?

**O SR. JORGE LUIZ ZELADA** - Vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - O senhor conhece o Sr. Ulisses Sobral Calile?

**O SR. JORGE LUIZ ZELADA** - Vou permanecer em silêncio, Excelência.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Ele foi transferido da TRANSPETRO exclusivamente para ajudá-lo nesse processo. Também foi citado fraude, foi aberto um encaminhamento, também no Núcleo de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro, na Polícia Civil do Rio de Janeiro, por exemplo, além de outros, sobre a





venda da refinaria de San Lorenzo. O que o senhor tem a dizer sobre esse processo, o projeto Atreu?

**O SR. JORGE LUIZ ZELADA** - Vou permanecer em silêncio, Excelência.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Também sobre a aquisição de participação de 50% do Bloco 2714-A, *offshore* da Namíbia; a contratação da Vantage Deepwater Company em serviços de perfuração do navio-sonda Titanium Explorer; a venda de 27,3% da participação indireta da Edesur, distribuidora de energia da Argentina, em todos esses processos, o senhor é acusado de corrupção. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

**O SR. JORGE LUIZ ZELADA** - Vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sr. Presidente, eu tenho aqui 11 perguntas. Vou deixá-las consignadas, mas quero deixar registrado que uma das áreas onde esta CPI deve se debruçar é a área internacional da PETROBRAS, as compras internacionais da PETROBRAS. A PETROBRAS compra no exterior sem licitação até o dia de hoje. Até o dia de hoje, a PETROBRAS compra no exterior; a TRANSPETRO compra no exterior sem licitação, e esse controle não existe, é absolutamente escuro, Sr. Presidente.

Então, eu gostaria de deixar este registro aqui. Eu acho que a área internacional da PETROBRAS é uma das áreas, com certeza, mais corruptas daquela empresa, até hoje, mesmo com o trabalho que o Presidente Bendine vem fazendo para moralizar a empresa.

Seria só isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Tem a palavra o próximo Sub-Relator, o Deputado Bruno Covas.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Sr. Presidente, vou até aproveitar a oportunidade, dialogando aqui com a Deputada Maria do Rosário, para dizer à Deputada que, na minha opinião, o problema não é a doação privada.

Eu a ouvi com muita atenção e peço, por favor, a V.Exa. que tenha a mesma gentileza para comigo.

O problema não é a doação privada. O problema é o “pixuleco”. O problema é a propina. O problema é o suborno. O problema é a safadeza. O problema é a



malandragem. O problema é o desvio de recursos. O problema é o aliciamento. O problema é a corrupção. Esse é o problema. É como diz — por favor, Deputada, aguarde um minutinho — o Dr. Janot, e eu o cito, abrindo aqui aspas: *“A doação eleitoral passa a ser ilícita”* — com a letra “i” — *“se vem travestida de propina. Aí ela não é doação eleitoral, é uma forma de lavagem para dentro”*.

Então, discordando de V.Exa., eu acho que esse é o problema a ser enfrentado...

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Com licença, Sr. Presidente, mas eu sinto muito pelo pronunciamento do Deputado Bruno, por se dirigir a mim com essas palavras...

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Deputada, desculpe-me, mas V.Exa. poderia ter o mesmo respeito. Por favor, vamos ouvir, Deputada. Eu a ouvi com toda a consideração. O meu tempo eu posso usar como bem entender. Só falta V.Exa. querer cassar a minha palavra agora! *(Pausa.)* Ah, então está bom. Muito obrigado.

Pois bem, feita essa consideração, discordando da Deputada Maria do Rosário, que infelizmente não me ouve com a mesma atenção que a ouço, eu queria perguntar ao Sr. Zelada: qual a origem dos 11 milhões de euros mantidos pelo senhor em Mônaco?

**O SR. JORGE LUIZ ZELADA** - Vou permanecer em silêncio, Excelência.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - O Sr. Pedro Barusco afirma que o senhor participou do esquema de propina na PETROBRAS. Ele está certo ou errado?

**O SR. JORGE LUIZ ZELADA** - Vou permanecer em silêncio, Excelência.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - O Sr. Paulo Roberto Costa afirma também que o senhor participou do esquema de propinas na PETROBRAS. Ele está certo ou está errado?

**O SR. JORGE LUIZ ZELADA** - Vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - O Ministério Público faz o seguinte registro:

*“Os destinatários dos recursos ilícitos da diretoria de serviços eram o próprio PEDRO BARUSCO, o diretor RENATO DUQUE e, em alguns contratos, o*



*então gerente-geral de engenharia da área de exploração e produção (dentro da diretoria de serviços) JORGE LUIZ ZELADA (...)"*

O Ministério Público está certo ou está errado?

**O SR. JORGE LUIZ ZELADA** - Vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Sr. Presidente, dado o silêncio da testemunha, eu também vou encaminhar as próximas perguntas por escrito.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Vamos aos autores do requerimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Antonio Imbassahy, que fala pelos autores.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Sr. Presidente, pela experiência que nós acumulamos durante os trabalhos desta CPI, já havia uma perspectiva real de que os depoentes convocados para as oitivas aqui em Curitiba permanecessem em silêncio. Portanto, os acontecimentos de hoje estavam razoavelmente dentro das nossas previsões, mas de forma nenhuma isso impediria que a CPI comandada por V.Exa., com muita lucidez e competência, tomasse a decisão de aqui estar para ouvir pessoas sobre as quais pesam graves acusações.

Com todo o respeito aos advogados, porque os quatro depoentes que aqui passaram — e passa neste momento o Dr. Zelada — sempre arguem que, segundo a orientação dos seus advogados, vão permanecer em silêncio, mas perdem também uma boa oportunidade para esclarecer fatos graves, acusações, investigações, denúncias, enfim, que poderiam efetivamente estar anunciando para o Brasil suas defesas, suas circunstâncias, suas contraprovas, se é que elas existem.

De maneira que resta aos membros desta CPI este tipo de arguição, registrando algumas indagações. E eu, mais uma vez, vou fazer o que fiz com relação aos depoentes anteriores, lamentando isto: vou encaminhar as perguntas para que a Mesa possa, em seguida, tomar as providências junto ao depoente. Embora soubéssemos que havia essa perspectiva real, acho que a CPI teria que estar aqui, cumprindo suas obrigações.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Imbassahy.

O próximo inscrito é o Sr. Deputado Celso Pansera, a quem passo a palavra.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Sr. Jorge Zelada, temos acompanhado este processo da CPI da PETROBRAS. Diversos servidores de carreira da PETROBRAS, técnicos com bons currículos históricos na empresa, têm feito essa assentada aqui. Temos os ouvido. Alguns falam, outros não falam. Tivemos colaboradores. Tivemos outros, como a Sra. Graça Foster, que falou sem ser investigada, como testemunha, mas nos deu boas indicações de como as coisas ocorriam na PETROBRAS.

Calhou que a explosão deste processo de denúncia, de acordos de leniência das empresas, de acordo de colaboração premiada, coincidissem com um problema na geopolítica do petróleo. Hoje, temos o preço do petróleo extremamente baixo. A cadeia de produção de petróleo no Brasil está semiparalisada, com redução pesada nos investimentos da PETROBRAS. A geração de empregos não só parou, como começa a tornar-se negativa. Vi o estudo do SINAVAL — Sindicato das Empresas Navais de que este ano já se perdeu em torno de 15 mil a 16 mil empregos diretos na indústria naval.

Então, creio que não só pesa sobre os senhores a responsabilidade de haver feito desvio de dinheiro, por condução errada do ponto de vista de dinheiros da empresa, como a aflição de milhares de famílias de trabalhadores que hoje encontram dificuldade de sobrevivência em função desta combinação de fatores: a geopolítica de petróleo, com a queda do preço do barril de petróleo; e a paralisação de uma série de atividades da cadeia de petróleo, em função dos desmandos ocorridos na PETROBRAS.

Então, ao pensar em responder ou não a esta CPI, temos essa dimensão também de que não é só um conjunto de técnicos, um conjunto de políticos, um conjunto de operadores que estão com sua vida alterada. Milhares de pessoas tiveram sua vida alterada para pior, em função da ação dos senhores na PETROBRAS.



Obviamente, não dá para compreender, por exemplo, como o Barusco tinha 97 milhões de dólares que expatriou para o Brasil, e, segundo informações que nós temos, no seu nome foram congelados 10 milhões de dólares também em uma conta num banco de Mônaco.

O senhor reconhece esse dinheiro do exterior como parte do seu patrimônio? Eu não estou aqui perguntando se é ilegal ou não. O senhor reconhece, como parte do seu patrimônio, esse dinheiro que foi congelado em contas em Mônaco, em seu nome?

**O SR. JORGE LUIZ ZELADA** - Eu vou permanecer em silêncio, Excelência.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - O senhor assumiu a área internacional da PETROBRAS já próximo do fechamento dos contratos da compra de Pasadena. O senhor a assumiu quase fechando os estudos. Ao assumi-la, o senhor não alterou significativamente os estudos que encaminhou para a compra da refinaria de Pasadena. O senhor avalia que foi um bom ou um mau negócio a compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos?

**O SR. JORGE LUIZ ZELADA** - Eu vou permanecer em silêncio, Excelência.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Outra coisa: o Sr. Paulo Roberto Costa, na sua delação premiada, afirma — ele falou isso na CPI da PETROBRAS — que ele teria recebido 1 milhão e meio de reais apenas para não atrapalhar o processo de compra dessa refinaria, porque ele tinha uma visão diferenciada do processo da compra de Pasadena. Então, ele disse que teria recebido 1 milhão e meio de reais de propina apenas para não atrapalhar a compra da refinaria de Pasadena. O senhor tem conhecimento disso? Como o senhor avalia essas palavras do Sr. Paulo Roberto Costa?

**O SR. JORGE LUIZ ZELADA** - Eu vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Sr. Presidente, eu vou subscrever as demais perguntas, lamentando não podermos tornar claros para a população brasileira novamente esses obscuros fatos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Delegado Waldir, V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Sr. Presidente, bom dia.



Está aqui novamente, doutor? Parabéns! Há vários clientes aqui, hem? Não vá fazer como a Catta Preta e vá embora!

Sr. Jorge Luiz Zelada, bom dia. Parece-me que o senhor reserva seu direito, mas eu gostaria de consignar algumas perguntas que eu fiz aqui. Não são 50 perguntas, não, viu, Sr. Presidente? Por favor, tenha tolerância comigo. Vamos ser rápidos. Os trabalhos estão andando rapidamente.

O senhor, de diretor da PETROBRAS, com salário de mais de 100 mil reais... Se eu estiver mentindo, o senhor diga “*não, Delegado, o salário não era esse*”. Pelo menos, o senhor responde a uma pergunta. Daquela condição, com um salário de mais de 100 mil reais, o senhor passou hoje a ser preso, recolhido ao sistema prisional do Paraná. O senhor está arrependido? Os seus familiares o têm convencido de que o senhor errou?

**O SR. JORGE LUIZ ZELADA** - Eu vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Ganha mais de 100 mil reais... *(Riso.)* Realmente, eu não estava errado no meu questionamento.

O senhor está convivendo hoje, Sr. Jorge Zelada, com o Duque. O senhor tem conhecimento de que do seu lado já não estão mais Pedro Barusco. O Paulo Roberto também não está lá mais. O senhor não se sente injustiçado e abandonado pelo PT? O senhor teme ser condenado, como Marcos Valério, ou morto, como Celso Daniel?

**O SR. JORGE LUIZ ZELADA** - Eu vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Vamos lá! Falta pouco, Sr. Presidente. Faltam só umas 10 perguntas.

O Sr. Paulo Roberto, na sua acareação, semana passada — não sei se o senhor tem uma tela lá no presídio, uma televisão, ou o doutor avisou... O Dr. Paulo Roberto e o Youssef foram acareados, semana passada, lá em Brasília, e disseram o seguinte, principalmente o Paulo Roberto, para o Brasil, diante das câmeras. Ele disse que, na verdade, esse esquema de propina, a venda de Pasadena não é responsabilidade dos diretores. Na verdade, a responsabilidade é do Conselho de Administração. O Conselho de Administração deveria estar vendo tudo. O senhor concorda com essa afirmação feita pelo Sr. Paulo Roberto?



**O SR. JORGE LUIZ ZELADA** - Eu vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - O.k.

Eu gostaria de saber o seguinte: o senhor sabe afirmar quem é o líder dessa organização criminosa que está sendo denunciada aqui, foi denunciada pelo Ministério Público nessa investigação da Polícia Federal? Até agora nós chegamos até José Dirceu — acho que é o nome maior —, mas nós deve haver outras pessoas. O senhor sabe dizer quem é o líder dessa organização criminosa? Ele está prestes a ser preso e dividir a cadeia com os senhores também?

**O SR. JORGE LUIZ ZELADA** - Eu vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Continuando, eu gostaria de saber se o senhor pode me informar quem deu a senha, quem deu autorização para roubar a PETROBRAS. Foram os Presidentes que passaram pela PETROBRAS? Foi algum partido político, algum Ministro deste Governo ou de outro governo, o ex-Presidente da República, a atual Presidente da República? Quem deu essa senha para permitir as roubalheiras na PETROBRAS?

**O SR. JORGE LUIZ ZELADA** - Eu vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Quero lembrá-lo de que nesse Conselho de Administração, como o Paulo Roberto disse, nós tivemos Guido Mantega, nós tivemos Graça Foster, nós tivemos Gabrielli, nós tivemos a atual Presidente Dilma, pessoas do seu relacionamento. É um absurdo alguém ser Presidente de uma empresa como a PETROBRAS e não saber o que está acontecendo. Nós temos o maior assalto da história do País, e os Presidentes não sabem! O senhor concorda com isso?

**O SR. JORGE LUIZ ZELADA** - Eu vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Obrigado, Sr. Jorge Zelada, pelo seu silêncio. O Brasil está vendo isso.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Tem a palavra a Deputada Maria do Rosário.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Sr. Jorge Zelada, a minha questão ao senhor diz respeito à investigação que a própria PETROBRAS fez,



concluindo, assim como a Polícia Federal também concluiu nesse sentido, em investigação realizada, que o senhor é responsável pelo envio de documentos confidenciais da PETROBRAS a SBM Offshore. Eu lhe pergunto sobre isso, porque há inclusive uma ação judicial no Rio de Janeiro, onde está sendo movida. De todas as coisas absurdas que nós ouvimos em relação a essas circunstâncias que dizem respeito à lesão do patrimônio público, esses documentos chegarem a uma empresa fora do País para mover interesses danosos à principal companhia do País. Então, eu lhe pergunto sobre isso, sobre o envio dessa documentação.

Reconheço a prerrogativa de cada pessoa em permanecer calada quando isso está estabelecido constitucionalmente, mas eu, sinceramente, olhando para o senhor, não o conheço, enfim, preciso lhe fazer essa pergunta, para que o senhor pelo menos, ao concluir esta reunião, saia pensando sobre isso, já que o senhor também tem uma vida relacionada a essa companhia, e essa companhia é o que há de mais importante para o Brasil, em termos de capacidade de impulsionar a sua economia.

Nós sabemos disso. Tomamos medidas para que ela fosse renovada na sua capacidade de investimento, mas também precisávamos ter quadros técnicos que fossem dedicados a ela e que não tivessem vínculos com interesses que não os interesses da própria companhia. Então, eu lhe faço esta pergunta: o senhor confirma o envio desses documentos confidenciais, de interesse exclusivamente da PETROBRAS, para uma empresa internacional, a SBM Offshore?

**O SR. JORGE LUIZ ZELADA** - Eu vou permanecer em silêncio.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Obrigada ao senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Tem a palavra o Deputado Carlos Andrade.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Obrigado, Sr. Presidente.

Dr. Jorge, bom dia; bom dia a todos aqui.

Queria fazer umas quatro perguntas. V.Sa. foi Diretor da PETROBRAS. Antes, porém, V.Sa. era empregado do quadro da PETROBRAS?

**O SR. JORGE LUIZ ZELADA** - Vou permanecer em silêncio.





**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Quando V.Sa. assumiu a área internacional da PETROBRAS, V.Sa. já tinha conhecimento das atividades ilícitas praticadas pelo seu antecessor?

**O SR. JORGE LUIZ ZELADA** - Vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Essas pessoas envolvidas com V.Sa. obedeciam ao seu comando, ou havia um superior que lhe dava ordens para essa prática?

**O SR. JORGE LUIZ ZELADA** - Vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - O Sr. Nestor Cerveró influenciou sua indicação para o cargo da Diretoria na PETROBRAS?

**O SR. JORGE LUIZ ZELADA** - Vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Dr. Jorge, eu sei que o senhor não me conhece. É a primeira vez que eu o estou vendo. Meu nome é Carlos Andrade. Eu penso que, nesta oportunidade, o senhor tem uma grande chance, uma grande oportunidade de esclarecer as pessoas que o ouvem. Sei que o maior julgamento não é pela CPI, não é pela imprensa, que aqui está, mas penso que é pela sua própria família, pelas questões, pela convivência. Mas eu acho que você poderia contribuir para a sociedade brasileira, inclusive dando respostas, neste momento, a todos, inclusive para esclarecer aquelas questões que estão lhe atribuindo.

O Sr. Nestor Cerveró pediu a V.Sa. participação na propina?

**O SR. JORGE LUIZ ZELADA** - Vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Só mais uma pergunta, Sr. Presidente. Eu vejo que o senhor está bem ansioso para concluir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Não.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Não está, não? Está tudo bem?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Tranquilo.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Suas contas secretas em Mônaco foram rastreadas e identificadas. O senhor tem conta secreta em outro País?

**O SR. JORGE LUIZ ZELADA** - Vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Na sua delação, o senhor vai falar mais sobre a equipe que o ajudava a fazer as licitações fraudulentas, a exemplo de



Aluísio Teles Ferreira Filho, Venâncio Pessoa Igreja Lopes Filho, Alexandre Penna Rodrigues e outros companheiros de PETROBRAS?

**O SR. JORGE LUIZ ZELADA** - Vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Sr. Presidente, as demais questões vou encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Lembro, Deputado Carlos Andrade, que eu não estou ansioso. Eu estou triste, porque nenhum dos convocados até agora respondeu a nenhuma pergunta dos Parlamentares. Eu estou realmente triste, e acredito que todos os demais Parlamentares também estejam assim neste momento, porque a CPI precisa evoluir, e esses depoimentos em que as respostas não são dadas às perguntas feitas, para nós, são realmente um entrave. Mas resta cumprir aquilo que determinam a nossa Constituição e as leis do nosso País.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - É isso mesmo, Presidente. Perdoe-me, então. Foi uma confusão de sentimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra a Deputada Eliziane Gama.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Jorge Luiz Zelada, a minha pergunta para o senhor é referente, no meu entendimento, ao cerne do problema brasileiro hoje, que são as indicações políticas encomendadas. Eu acho que os partidos podem — e até devem, às vezes — fazer as suas indicações, mas precisam ser indicações técnicas. Quando essas indicações são encomendadas, são programadas e arquitetadas para o desvio de recurso público, acontece o que estamos realmente acompanhando hoje no Brasil referente à PETROBRAS.

E a minha pergunta para o senhor é exatamente em relação à indicação. O senhor, pelas informações que nós temos, na verdade era bancado, indicado pelo Deputado Fernando Diniz. A minha pergunta ao senhor é: depois da morte do Deputado, quem, na verdade, segurou a peteca? Quem conseguiu bancá-lo na Diretoria da PETROBRAS?

**O SR. JORGE LUIZ ZELADA** - Vou permanecer em silêncio.



**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Como era a sua relação com o hoje Presidente da Casa, Eduardo Cunha?

**O SR. JORGE LUIZ ZELADA** - Vou permanecer em silêncio.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Falando, por exemplo, de Pasadena, que já foi colocado aqui, o senhor reconhece o percentual de 50%, já do ponto de vista da programação remanescente da refinaria, que já estaria pronto quando o senhor assumiu o cargo na Diretoria Internacional. Agora que nós já sabemos que todo o esquema de corrupção de Pasadena deu um prejuízo bilionário para o Brasil, a minha pergunta para o senhor é: a venda da refinaria fazia parte do esquema de corrupção da PETROBRAS ou foi um erro?

**O SR. JORGE LUIZ ZELADA** - Vou permanecer em silêncio.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - O senhor parece que não tinha, não gozava de confiança da Presidente Dilma, nem da então Presidente Graça Foster. Por exemplo, em 2011, a Presidente Dilma assumiu a Presidência e começou a desfazer vários acordos políticos que tinham referência à PETROBRAS. Inclusive, começou a fazer trocas de executivos no momento em que aconteceu a troca do senhor e de outros diretores mais. Isso evidencia, por exemplo... Nós podemos afirmar que a Presidenta Dilma sabia desse esquema de corrupção, não externou isso, mas tentou, digamos assim, freá-lo a partir da demissão desses executivos?

**O SR. JORGE LUIZ ZELADA** - Vou permanecer em silêncio.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Basicamente esses, Sr. Presidente, eram os meus questionamentos. Quero, também, colocar que vou encaminhar às demais perguntas à Taquigrafia.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Deputado Alberto Filho, V.Exa. é o próximo. Eu estou inscrito.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO** - Muito obrigado.

Sr. Presidente, membros da nossa CPI, Sr. Jorge Luiz Zelada, imprensa aqui presente, bom dia.

Presidente, primeiro eu quero parabenizar V.Exa. e os demais membros desta CPI pelo andamento, podemos dizer assim, dos trabalhos desta CPI, os



requerimentos aprovados ali nas nossas reuniões, as convocações feitas por V.Exa. Eu tenho certeza de que, realmente, esta CPI tem buscado o seu objetivo, que é apurar, investigar, ouvir as pessoas que vão depor como testemunha, como acusado. V.Exa. mesmo demonstrou a sua tristeza pelo fato que está ocorrendo hoje nesta reunião. Nós, que viemos para cá com toda boa vontade, com toda vontade de descobrir mais sobre esse esquema de corrupção, infelizmente, estamos aqui deparando com uma situação que realmente nos entristece. Não imaginávamos — pelo menos eu não imaginava — que a nossa visita a Curitiba para ouvir os acusados... Realmente, eles não estão contribuindo.

Apenas para deixar registrado, eu queria perguntar ao Sr. Jorge Zelada o seguinte: V.Sa. teve ou tem conhecimento do esquema de corrupção envolvendo as atividades da Sete Brasil ou mesmo a sua criação e a indicação dos seus Diretores pela PETROBRAS?

**O SR. JORGE LUIZ ZELADA** - Eu vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO** - V.Sa. se encontrou com o Sr. Pedro Barusco enquanto este era Gerente de Serviços da PETROBRAS ou Diretor da Sete Brasil? Qual era o propósito desses encontros?

**O SR. JORGE LUIZ ZELADA** - Vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO** - Sr. Presidente, eu tinha mais perguntas para fazer, mas, pelo silêncio constitucional do Sr. Zelada, vou encaminhar à Mesa as perguntas por escrito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa. as palavras e menções ao nosso trabalho.

Não havendo mais Parlamentares inscritos e diante do silêncio do Sr. Jorge Zelada, eu dispenso S.Sa. e já convido o Sr. Elton Negrão de Azevedo a tomar assento à mesa.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Peço a palavra pela ordem, Presidente, Deputado Hugo.

Eu estou vendo que nós já vamos finalizar a oitiva de hoje, porque só falta mais um convidado. Ele está chegando, e está sendo tudo muito rápido, até mesmo porque eles não estão falando. Pela programação, nós ficaríamos aqui até



quinta-feira. Eu acho que já existe uma previsão de que amanhã também não será diferente de hoje. Ou seja, nós ficaremos a tarde aqui sem — é o que me parece — ter uma atividade específica para fazer.

Eu sugiro que, quem sabe, possamos tentar otimizar e até finalizar os trabalhos aqui em Curitiba bem antes do prazo estabelecido, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - São 13 pessoas a serem ouvidas. Na verdade, nós aprovamos 16 requerimentos de convocação para ouvirmos aqui em Curitiba, de pessoas que estão presas pela Operação Lava-Jato. Dessas 16, três entram naquele critério segundo o qual a CPI não pode ouvi-las, porque trata-se de um tema que não é escopo da nossa investigação, do nosso trabalho. Então, são 13 pessoas a serem ouvidas: cinco no dia de hoje, seis no dia amanhã e duas na quarta-feira. E ainda teremos uma acareação a ser realizada: do Sr. João Vaccari Neto, do Renato Duque e do Sr. Augusto Mendonça.

Nós traçamos esse cronograma com a anuência do Dr. Sérgio Moro, que exigiu a não coincidência, no mesmo dia, dos depoimentos na CPI e aqui no Juízo da 13ª Vara Federal. Então, os depoimentos que serão realizados amanhã já foram pré-marcados pelo Dr. Sérgio Moro, visto que, nos dias de hoje e de quarta-feira, as pessoas que serão ouvidas amanhã estarão cumprindo um calendário de oitivas que serão realizadas pela Justiça Federal aqui no Paraná.

Eu falava há pouco com o Secretário da CPI, Dr. Manoel, e ele me dizia que toda uma logística foi preparada para atender a esse cronograma que a CPI fez previamente, na expectativa de que, como já ficamos, em depoimentos realizados anteriormente, 10 horas, e hoje... Isso é muito subjetivo. Então, nós marcamos cinco depoimentos, na expectativa de que hoje o dia não fosse terminar tão cedo, como aconteceu da última vez em que estivemos aqui.

Fica difícil o Presidente fazer um cronograma sem saber, na verdade, o que vai acontecer por parte dos convocados.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - É claro!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Então, eu peço a V.Exa. um pouco de entendimento a mais e, acima de tudo, de compreensão, para que possamos seguir nosso cronograma sem haver nenhuma mudança.



**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Porque, sem dúvida alguma, fica muito difícil o nosso trabalho com essas mudanças.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Deputado Bruno, quero só finalizar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputada Eliziane Gama.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Presidente, só para eu... Eu concordo, V.Exa. tem razão e meia. Agora, a minha questão é exatamente isso. A minha preocupação é, de repente, nós passarmos, por exemplo, a tarde inteira, agora, sem uma atividade para fazer. Então, de repente, se pudéssemos, até numa articulação da própria Comissão com o Juiz Sérgio Moro, adiantar algumas coisas para hoje à tarde... Porque eu acho que já ganharíamos muito mais tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Não, eu já fiz essa solicitação.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Nós temos também o plenário lá em Brasília, que precisa da nossa presença.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu já fiz a solicitação ao Dr. Manoel. A Diretora do Fórum — o seu turno de trabalho começa ao meio-dia — é quem organiza esse trabalho, por determinação do Juiz, e, a partir da chegada dela, nós vamos ver a possibilidade de antecipar o calendário.

É claro que vamos ficar limitados à vontade e à liberação do Juízo aqui de Curitiba, mas, da nossa parte, não há nenhum problema. Pelo contrário, eu acho que seria importante, até para que pudéssemos produzir ao máximo no dia de hoje.

Sr. Elton Negrão de Azevedo...

O Deputado Bruno Covas pediu a palavra?

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - A Deputada Eliziane Gama já havia dito, na sua intervenção, que não é nenhuma crítica com relação aos trabalhos, mas que realmente, de repente, só a oitiva do ex-Deputado José Dirceu poderia durar 5 horas, 6 horas, o que não foi o caso.

Mas eu gostaria de deixar aqui uma segunda sugestão: não sendo possível trazer de quarta-feira para segunda-feira, que tentemos mudar de quarta-feira para terça-feira, para também não ficarmos na terça-feira à tarde da mesma forma que nós vamos ficar na segunda-feira à tarde.



Então, também quero deixar aqui uma sugestão, como a Deputada Eliziane Gama.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Vamos tentar antecipar ao máximo o nosso calendário, para que tenhamos um dia mais produtivo.

Advirto que V.Sa. será ouvido na qualidade de investigado, tendo em vista o teor dos requerimentos aprovados, sendo-lhe garantidos todos os direitos constitucionais inerentes à sua condição, inclusive o de permanecer em silêncio e de ser assistido pelo seu defensor.

Informo a V.Sa. que a sua colaboração para a elucidação dos fatos certamente terá efeito nas conclusões desta CPI e que a versão apresentada nesta assentada poderá atrair para V.Sa. outros benefícios que a lei lhe garante.

Peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa: o tempo concedido ao convidado será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteado; os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

Com a palavra, por até 20 minutos, o Sr. Elton Negrão de Azevedo.

**O SR. ELTON NEGRÃO DE AZEVEDO** - Bom dia a todos. Eu, por orientação do meu advogado, vou exercer o direito de ficar em silêncio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Luiz Sérgio, o Relator desta CPI.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sr. Elton Negrão, o Presidente desta CPI tem a prerrogativa, havendo a necessidade, de transformar a audiência em uma audiência fechada, em uma audiência secreta. Se ele utilizasse esses mecanismos, dependendo da pergunta feita, V.Sa. optaria, então, por colaborar, por responder, ou se mantém na posição do silêncio?

**O SR. ELTON NEGRÃO DE AZEVEDO** - Mantenho-me em silêncio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mesmo sendo uma pergunta mais simples, como, desde quando V.Sa. exerceu a função de gerente ou de direção da empresa Andrade Gutierrez, onde, em quais países?



**O SR. ELTON NEGRÃO DE AZEVEDO** - Eu vou continuar exercendo o meu direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sr. Presidente, diante do silêncio, eu retorno a palavra para V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Deputado Altineu Côrtes é o 1º Sub-Relator e tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Bem, Sr. Presidente, realmente frustra muito a todos nós aqui. Eu acho que isso é um aprendizado, e a gente tem que propor uma mudança na legislação, nós propormos, junto com o Judiciário, junto com a sociedade, porque é um absurdo as pessoas, mesmo hoje, diante de estarem dentro do seu direito, uns falarem para colaborar. Nós vemos aqui o Sr. Elton Negrão de Azevedo Júnior, jovem, Diretor-Executivo da Andrade Gutierrez, segundo esse processo da Polícia Federal da Operação Lava-Jato, junto com a Odebrecht, as duas maiores empresas do País que nominavam esse cartel.

Sr. Elton, eu vou fazer uma pergunta para o senhor, que, obviamente, já disse que não vai responder: vocês ajudaram a prejudicar extremamente o País, não é? Já há a recessão que está aí, e por grande parte disso os responsáveis são vocês, desemprego no Brasil inteiro, uma coisa que só quem está ali sofrendo é que sente. O senhor tem os melhores advogados, o senhor está dentro do seu direito, daqui a pouco o senhor vai sair, enfim, ou, talvez, se o senhor não fizer a delação, o senhor vai ficar, como o Marcos Valério, preso.

Mas já que o senhor não quer responder a nenhuma pergunta, eu vou citar só um contrato lá da minha região. Eu sou da região do Taboraí, de São Gonçalo, lá onde fica o COMPERJ, empreendimento que foi assaltado por vocês: o senhor participou de uma licitação, e foi vencedor, de uma licitação para a implantação de uma Unidade de Coqueamento Retardado, UCR, no COMPERJ. O senhor ganhou o consórcio junto com a Techint e Andrade Gutierrez. T, E, A, G era a sigla de vocês, 1 bilhão e 900 milhões. O TCU calculou, inicialmente, um prejuízo de 528 milhões de reais. Vocês armaram uma licitação e — Sr. Presidente, o senhor me desculpa até, se eu tiver que... — roubaram 528 milhões de reais do povo brasileiro. Na cerca, ali do lado do COMPERJ, onde faz a cerca do muro da PETROBRAS, tem gente ali





hoje que passa dificuldade, passa fome, e o senhor hoje é representado aqui pelos melhores advogados.

Então, eu peço até desculpa pela minha revolta. Mas já que o senhor não quer responder a nenhuma pergunta, o senhor não quer usar o microfone agora para... O que o senhor diz para os desempregados, para o povo brasileiro? Pede desculpa a eles aí. O senhor acha que o senhor deve desculpa aos funcionários do COMPERJ, aos trabalhadores que estão hoje lá desempregados e à população de todo o Brasil, que foram afetados diretamente por essas obras? O senhor deve desculpa? Estou fazendo essa pergunta para o senhor.

**O SR. ELTON NEGRÃO DE AZEVEDO** - Eu vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - O senhor vê que a gente tem que mudar a lei, Sr. Presidente. Nós temos que mudar a lei, Sr. Presidente. Nós temos que mudar a legislação, porque nós não podemos passar por isso, nem o povo brasileiro pode passar por isso.

Eu só vou encerrar dizendo que, quando dessa licitação, existia uma tabela das obras que dizia: Tabela da Unidade de Coque de Retardamento no COMPERJ. Foram apreendidas na Engevix, com o título de Proposta de Fechamento do Bingo Fluminense. Eu imagino como é que vocês brincavam, não é? *“Bingo! Ganhamos a licitação. Bingo! Acabamos com o povo”*. Vocês acharam que nunca isso ia acontecer. Eu fico bastante revoltado com isso, Sr. Presidente.

Eu vou encerrar aqui porque tem... E vou registrar aqui as minhas nove perguntas que eu ia fazer para o senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O Deputado Bruno Covas é o 2º Sub-Relator e tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Sr. Elton Negrão, o senhor foi denunciado pelo Ministério Público pela prática de organização criminosa, pela prática de corrupção ativa por 106 vezes em concurso material e pela prática de lavagens capitais por 39 vezes em concurso material.

Diz o Ministério Público a respeito do senhor:

*“Integrou a organização criminosa a partir de 2006, exercendo, de modo compartilhado com os demais executivos denunciados, o domínio do fato sobre*



*todos os crimes de corrupção ativa, lavagem de dinheiro e outros praticados por eles e outros agentes no interesse do grupo empresarial a quem pertenciam. Detinha conhecimento e controle compartilhado com Otávio, Flávio, Antônio e Dalmaso, sobre todos os atos praticados por eles e outros agentes em nome e em favor do grupo empresarial, incluindo o oferecimento e promessa de vantagens indevidas a empregados da PETROBRAS e às operações de branqueamento dos respectivos valores.*

*Ademais, era uma das pessoas responsáveis por atuar diretamente nas tratativas com Fernando Soares, referentes ao oferecimento e à promessa de vantagens indevidas aos empregados da PETROBRAS e relativas ao branqueamento de tais valores, representar a Andrade Gutierrez nas reuniões do clube e assinar documentos fraudulentos utilizados no processo de branqueamento de valores repassados ao subnúcleo do operador Mário Goes”.*

O senhor contesta essa denúncia?

**O SR. ELTON NEGRÃO DE AZEVEDO** - Desculpe, nobre Deputado, mas vou exercer o meu direito de ficar em silêncio.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Desculpar não lhe desculpo, mas respeito a orientação do seu advogado e por isso passo as demais perguntas por escrito.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Obrigado.

O próximo é o autor e já inscrito, o Deputado Celso Pansera. V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - É, Deputado Bruno, não dá para desculpar. A gente entende de direito constitucional e acho que nós estamos aqui cumprindo o nosso papel também como Deputados. A Casa instalou uma CPI, nós temos a obrigação de buscar respostas mesmo que não as obtenhamos.

Mas, Sr. Elton Negrão de Azevedo, tanto o Dalton Avancini, como outros empreiteiros, o próprio Paulo Roberto Costa, que é delator premiado, que tem uma delação, que é um dos estopins, um dos gatilhos que detonou esse processo todo, reconhece a existência de um clube, chamado Clube das Empreiteiras ou Clube Vip,



do qual era necessária a inscrição das empresas junto à ABEMI, para que participassem dos processos licitatórios e assinassem contratos com a PETROBRAS. Isso, por mais que alguns empreiteiros não reconheçam, isso parece ser uma realidade, porque os grandes contratos todos eles só alternavam quem eram as empresas majoritárias dentro do consórcio. E a minha pergunta vai nesse sentido: qual era o papel da Odebrecht, o seu papel, como gerente de uma das principais empreiteiras, dentro desse Clube dos Empreiteiros e da ABEMI, na definição dos vencedores dos diversos contratos.

**O SR. ELTON NEGRÃO DE AZEVEDO** - Deputado, eu vou continuar exercendo o meu direito de ficar em silêncio.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - O Deputado Altineu fez uma fala bem forte, porque nós estivemos no COMPERJ. O Relator Luiz Sérgio e o Vice-Presidente Antonio Imbassahy estavam junto. Eu sou Deputado do Rio de Janeiro, e lá nós vivemos um drama. O EISA, que funciona dentro do Mauá, demitiu em torno de 1.500 funcionários, e agora em torno de 2 mil funcionários não podem receber porque não têm sequer dinheiro para pagar os seus direitos trabalhistas, e a TRANSPETRO cancelou a encomenda dos oito navios. Três navios estão sendo construídos, nenhum foi entregue e seriam mais oito navios construídos pelo EISA, em um consórcio chamado EISA PETRO-Um. Isso é um drama para o Rio de Janeiro.

Eu falei anteriormente que esse drama tem duas vertentes. O primeiro é o problema da cadeia mundial de petróleo, a queda do preço de petróleo, a superprodução de petróleo combinada com a recessão na China e na Europa, mas tem outro problema local, que são os problemas que ocorreram dentro da PETROBRAS, na cadeia de produção da PETROBRAS.

Nesse sentido, como o senhor vê essa crise? Porque o senhor foi um protagonista desse processo. Querendo ou não, esse processo conduzido dentro da PETROBRAS desencadeou toda essa questão da Lava-Jato, que tem paralisado, porque 29 empresas estão na AGU aguardando algum tipo de investigação, das quais apenas seis ou sete toparam, começaram a fazer o processo de acordo de leniência. Isso é um drama para milhares de famílias brasileiras.



Como o senhor vê este processo hoje, o papel da cadeia produtiva de petróleo e de construção civil, do qual o senhor foi protagonista importante nesse processo da recessão brasileira? E como isso surgiu a partir da PETROBRAS?

**O SR. ELTON NEGRÃO DE AZEVEDO** - Mais uma vez, Deputado, desculpe-me, mas eu vou exercer o meu direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - A ex-Presidente Graça Foster reconheceu que boa parte do excesso de aditivo dos contratos da PETROBRAS tinha a ver com a má confecção dos projetos de contratação, porque não esperava a definição do projeto executivo já com o projeto básico definindo a construção de equipamentos, fazendo terraplenagem, notadamente nas refinarias do COMPERJ, da RNEST, em Pernambuco, e da Premium I, no Maranhão, em que houve um início de investimento, e nenhum deles foi concluído.

O senhor teve acesso a esses projetos. O senhor concorda com essa fala da Dra. Graça Foster de que os projetos elaborados na PETROBRAS para a contratação dessas grandes obras eram malfeitos, faltavam estudos mais aprofundados de impacto econômico, de necessidade efetiva na cadeia de petróleo e também na execução dos mesmos?

**O SR. ELTON NEGRÃO DE AZEVEDO** - Mais uma vez, eu vou continuar exercendo o meu direito de ficar em silêncio.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - O.k., Presidente, eu vou subscrever as demais perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Delegado Waldir, V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Sr. Presidente, senhores advogados, brasileiros e brasileiras, Sr. Elton Negrão, acho que é boa tarde, pois não almoçamos ainda.

Vou direcionar ao senhor algumas perguntas. Poderia nos informar, o senhor que é uma pessoa muito bem relacionada, abriu portas em diversos gabinetes, escritórios e esteve com muitas autoridades neste País, quem é o líder desta organização criminosa apontado pelo MPF e pela Polícia Federal?



**O SR. ELTON NEGRÃO DE AZEVEDO** - Vou continuar exercendo o direito de ficar em silêncio, Deputado.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - O.k.

O senhor poderia nos informar, não apenas para nós aqui presentes, mas para o Brasil que nos assiste neste momento, através da *TV Câmara* e dos demais canais, quem deu a senha para montar esse cartel de empresas e constituir essa organização criminosa que arreventou com o patrimônio da PETROBRAS e do povo brasileiro?

O petróleo na verdade não é nosso, o petróleo acabou sendo do PT e de um grupo de criminosos que acabou com essa empresa. O senhor saberia quem deu essa senha?

**O SR. ELTON NEGRÃO DE AZEVEDO** - Continuo em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - O.k. Eu percebo aqui que o senhor está preso. O senhor era Diretor da Andrade Gutierrez. Percebo, pela sua fisionomia, que está um pouquinho abatido, mas mantém uma camisa e um terno fino. Neste momento, o senhor está recolhido em um sistema prisional. O senhor está arrependido?

**O SR. ELTON NEGRÃO DE AZEVEDO** - Eu continuo exercendo o meu direito de ficar em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Eu vou continuar a fazer mais algumas perguntas, Sr. Presidente, que eu tinha formulado, o nosso tempo está...

O senhor recebeu ordens. O senhor era um diretor, não tomava decisões sozinho. O senhor recebeu ordens para dirigir dinheiro de propina para a campanha para a Presidência da República, da Presidente Dilma, do ex-Presidente Lula, de Governadores, de Senadores, de Deputados Federais?

**O SR. ELTON NEGRÃO DE AZEVEDO** - Continuo em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - A última pergunta que vou fazer para o senhor é a seguinte: nós estivemos aqui nesta CPI, nós ouvimos o Sr. Paulo Roberto. Ele deixou para nós uma expressão que ficou marcante, não apenas para nós, mas para o povo brasileiro, para a imprensa, ele disse que não tem “almoço gratuito”. Não tem nenhum almoço gratuito, não tem nenhum almoço no 0800. Os



contratos entre as construtoras, empresários, investindo na política, nada é de graça. O senhor aconselharia os empresários brasileiros, as construtoras a continuarem investindo na política, nessa troca promíscua que aconteceu ao longo da história do Brasil? Agora, nós temos algumas campanhas eleitorais, que, daqui a pouco, chegarão novamente, as Prefeituras, os governos de Estado, novamente campanhas para Deputados, Senadores, Vereadores. O senhor aconselharia, pela experiência que o senhor teve e depois dessa situação que o senhor vive pessoalmente, o senhor aconselharia a qualquer empresário brasileiro a continuar investindo na política? O senhor aconselharia? O seu recado pessoal aos empresários e aos empreiteiros seria continuar nesse lamaçal?

**O SR. ELTON NEGRÃO DE AZEVEDO** - Mais uma vez, Deputado, vou exercer o meu direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Obrigado, Sr. Elton.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Concedo a palavra à Deputada Maria do Rosário. *(Pausa.)* Deputado Carlos Andrade.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Dr. Elton, bom dia. O senhor é Diretor do Grupo Andrade Gutierrez?

**O SR. ELTON NEGRÃO DE AZEVEDO** - Deputado, vou seguir em silêncio.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - O.k. V.Sa. admitiu, em depoimento, ter participado com outras empreiteiras da discussão de negócios com a PETROBRAS. V.Sa., que representava a Andrade Gutierrez, foi se reunir com outras que pertenciam ao grupo de cartel?

**O SR. ELTON NEGRÃO DE AZEVEDO** - Vou permanecer em silêncio, Deputado.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Parece-nos, Dr. Elton, que, se tivéssemos que fazer uma analogia, é bem verdade que o senhor está assegurado pela legislação, pela Constituição brasileira, mas parece que, se tivéssemos que fazer uma analogia com aquela criança que comete as traquinagens e que se esconde atrás do papai e da mamãe, o senhor já está se escondendo. O senhor está se escondendo atrás, logicamente, atrás dos direitos que lhe são assegurados, depois de ter feito a traquinagem. Aí, assegura-se o direito de não falar.



Essas reuniões não seriam para tratar das negociações referentes ao cartel, Dr. Elton?

**O SR. ELTON NEGRÃO DE AZEVEDO** - Vou permanecer em silêncio, Deputado.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - O senhor confirma que participou do pagamento de propina a funcionários públicos da PETROBRAS, para conseguir êxito nas licitações ilícitas de que a Andrade Gutierrez participou?

**O SR. ELTON NEGRÃO DE AZEVEDO** - Mais uma vez, vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - O senhor tem algum medo, algum receio quando responde aos questionamentos da Justiça brasileira?

**O SR. ELTON NEGRÃO DE AZEVEDO** - Mais vez, vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Em sua opinião, quais seriam os fatores que favorecem a existência de corrupção no nosso País.

**O SR. ELTON NEGRÃO DE AZEVEDO** - Continuo em silêncio.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - O senhor concorda com a alegação de que executivos da Andrade Gutierrez e das demais empresas são obrigados a participar do esquema?

**O SR. ELTON NEGRÃO DE AZEVEDO** - Vou continuar em silêncio.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Sr. Presidente, muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço V.Exa. A próxima inscrita é a Deputada Eliziane Gama. V.Exa. tem a palavra.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Elton Negrão de Azevedo, como já foi colocado aqui, o senhor foi diretor da construtora Andrade Gutierrez. Pelas investigações em curso, consta, por exemplo, que o senhor teria pago algo da ordem de 210 milhões de reais em propinas pelos contratos junto à PETROBRAS. Mas o senhor, na verdade, era diretor; tem o presidente e tem outros nomes também que estão, do ponto de vista hierárquico, bem acima do senhor. É possível alguém, em sendo diretor apenas, pagar 210 milhões de reais sem que, necessariamente, toda a direção e até



diretores da própria PETROBRAS e os demais presidentes, por exemplo, da Andrade Gutierrez, não terem conhecimento dessa movimentação?

**O SR. ELTON NEGRÃO DE AZEVEDO** - Deputada, seguindo orientação do meu advogado, eu vou permanecer em silêncio.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - O senhor conhece o Sr. Fernando Soares ou o Fernando Baiano? Qual a sua relação com ele?

**O SR. ELTON NEGRÃO DE AZEVEDO** - Vou permanecer em silêncio, Deputada.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Presidente, as demais perguntas eu encaminho à Presidência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O Deputado Antonio Imbassahy é o próximo inscrito, a quem concedo a palavra.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Sr. Presidente, apenas mais uma constatação. Nós, que acompanhamos depoimentos que são realizados no âmbito da Operação Lava-Jato junto à Polícia Federal, junto ao próprio Juiz Sérgio Moro, observamos que muitos depoentes, a despeito de provas materiais apresentadas durante o próprio depoimento, mantêm-se em silêncio. É uma opção que tomam certamente ouvindo advogado, amigos, conselheiros, familiares. Está na Constituição brasileira, cabe o respeito integral. Mas, sem dúvida, também, Presidente, muitos desses que negaram no primeiro momento e ficaram em silêncio, depois tomaram a decisão de fazer colaborações que permitirão certamente a redução das penalidades.

Eu não sei! Nós estamos aqui ouvindo o quinto depoente dessa nova rodada em Curitiba, e todos tomaram a decisão de se manter em silêncio. A nossa expectativa é que eles possam, ouvindo os seus advogados, no momento apropriado, modificar posições não necessariamente perante a CPI, mas perante a Operação Lava-Jato, porque, sem dúvida nenhuma, a lei da colaboração premiada — Lei 12.850, inspirada, repito aqui, após a CPI dos Correios está prestando um relevante serviço ao País. Seria praticamente impossível — digo isso com muita





convicção — desvendar todo esse esquema de corrupção instalado dentro da PETROBRAS se não houvesse essa legislação.

Nós, membros da CPI como legisladores, teremos ao fim, ao cabo desta CPI não apenas contribuir com dados adicionais à investigação. Será até difícil, Sr. Presidente, reconhecer, porque a força-tarefa da Lava-Jato, com seus técnicos especializados — delegados, agentes, o Ministério Público, enfim, o próprio Juiz Sérgio Moro —, tem a competência adequada para fazer essas investigações. Esta CPI, inclusive, é distinta das demais, porque normalmente uma CPI desbrava as investigações; e esta, não. Na verdade, a Operação Lava-Jato, felizmente, está bem na frente, o que facilita sobremodo o nosso trabalho. Eu acho que a nossa tarefa principal talvez seja apresentar um bom arcabouço de uma nova legislação que permita uma melhor governança na PETROBRAS. É inacreditável, inadmissível que durante tanto tempo a roubalheira, a corrupção foram ali praticadas sem que o Governo, de uma forma geral, enfim, e a sociedade tivessem detectado não apenas a questão da lavagem do dinheiro, que é também uma situação grave, a questão da leniência, uma nova legislação que permita dar estabilidade às empresas se recuperarem. São empresas importantes, e o País necessita desses bens materiais e de recursos humanos de excelência constituídos ao longo dos anos por essas empresas fornecedoras de serviços e materiais no Brasil.

Então, eu acho que vamos ter, Sr. Presidente e Sr. Relator, Deputado Luiz Sérgio, um trabalho muito grande, muito provavelmente na direção de uma nova legislação.

Eu encerro aqui as minhas palavras, mas espero que muitos que estão neste momento se negando a colaborar ou se mantendo em silêncio possam, em determinado momento, ouvindo os seus advogados, serem aconselhados em outra direção, na direção em que se possa efetivamente colaborar para a responsabilização e a penalização daqueles que tanto mal fizeram ao País.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Presidente, só 1 minuto.

Eu acho também, Deputado Imbassahy, que as atualizações da legislação criminal obrigam o Congresso a alterar também a legislação que orienta o funcionamento das CPIs. Nós temos de fato que dar uma avaliada, à luz da Lei nº



12.650, em o que conduz o funcionamento das CPIs e também propor nesse sentido alguns encaminhamentos em forma de lei para que as CPIs também tenham uma nova relevância, dentro de um novo cenário da Justiça brasileira. Então, a gente tem também que dar uma analisada neste contexto: qual o papel das CPIs, o alcance delas, dentro desse novo conjunto de leis, desse novo arcabouço legal com que o Brasil convive atualmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo inscrito é o Deputado Alberto Filho. Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO** - Sr. Presidente, eu quero perguntar ao Sr. Elton se, no funcionamento do chamado Clube das Empreiteiras, que atuava de forma a direcionar as licitações da PETROBRAS — isso está descrito em vários depoimentos, nas delações na Operação Lava-Jato como um todo —, V.Sa. tem conhecimento dos fatos envolvendo a formação do cartel, o direcionamento das licitações e a participação dos representantes das empreiteiras.

**O SR. ELTON NEGRÃO DE AZEVEDO** - Eu vou continuar exercendo o meu direito de ficar em silêncio, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO** - V.Sa. chegou a perceber benefícios para algumas empresas em detrimento de outras?

**O SR. ELTON NEGRÃO DE AZEVEDO** - Eu vou continuar exercendo o meu direito de ficar em silêncio, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO** - Sr. Presidente, eu tenho várias outras perguntas aqui, mas, pela atitude tomada pelo Sr. Elton, vou encaminhá-las por escrito para a Mesa e encerro aqui as minhas perguntas.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Antes de encerrar os trabalhos, eu quero pedir para dispensar o último convocado na manhã de hoje e dizer que esta CPI tem sido pautada, desde o início dos seus trabalhos, pelo interesse na investigação e pelo esforço que tem sido feito por todos os Parlamentares em cumprir diligências externas. Só aqui em Curitiba, nós estamos pela segunda vez. A CPI esteve, através dos seus representantes, visitando o



COMPERJ, a Refinaria Abreu e Lima, esteve na sede da PETROBRAS e tem se esforçado de maneira importante, na nossa avaliação, para cumprir o seu papel.

Dias como esse que tivemos hoje, aqui, em Curitiba, são realmente momentos em que a CPI fica travada à luz da lei brasileira, da nossa Constituição que temos de cumprir. Resta a nós lamentar e torcer para que, amanhã e depois de amanhã, os dias possam ser mais produtivos com as respostas buscadas pelos Parlamentares, através dessa nossa vinda a Curitiba, para ouvir todos os envolvidos no âmbito da Operação Lava-Jato.

Eu gostaria de deixar aqui este registro e dizer que vamos seguir o nosso trabalho e, sem dúvida alguma, vamos procurar cumprir o nosso papel com o término dos trabalhos da CPI.

Não havendo mais...

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Presidente, só mais uma pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Pois não, Deputada Eliziane.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Presidente, eu queria saber do senhor referente às acareações dos depoentes de amanhã. Eu lhe pergunto isso, Presidente, porque realmente incomoda muito, por exemplo, o que nós tivemos hoje: honestamente, uma manhã totalmente improdutiva. Naturalmente, nós fizemos a nossa parte, e, como o senhor colocou, existe uma questão legal, os depoentes vêm e não falam, mas eu acho que nós poderíamos tentar utilizar uma forma de ter um aproveitamento melhor do dia. Porque se amanhã também os depoentes vierem assegurados de *habeas corpus* e as acareações também, a gente já pode prever e resolver o problema de amanhã, porque senão a gente volta para Brasília. Eu, pelo menos, estou decidindo voltar para Brasília hoje, porque realmente é muito complicado você passar aqui uma manhã inteira, um dia inteiro e, de repente, você finalizar com isso aqui. Não estou culpando V.Exa., mas eu acho que nós precisamos encontrar uma saída para isso para os próximos dias, porque realmente fica algo bem injustificável, diante de um cenário de descredibilidade que infelizmente a Câmara Federal, a política brasileira já tem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu quero dizer que concordo...



**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Sr. Presidente, V.Exa. me permite?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Não! Permitirei. Eu quero só antes responder à Deputada Eliziane, dizer que concordo com as colocações feitas. Eu quero já dispensar aqui o Sr. Elton Negrão. Não temos mais Parlamentares inscritos. V.Sa. está dispensado.

Quero dizer que realmente concordo com V.Exa., nós temos que cumprir a lei. Eu já solicitei que o Secretário da CPI pudesse se comunicar com o Juiz Sérgio Moro e com a Diretora da 13ª Vara Federal de Curitiba. O Dr. Moro, que chega às 14h30min, vai direto para uma audiência já marcada. Ela colocou, com muita lucidez, algumas exigências de prerrogativas sobre a questão logística e sobre o cronograma de audiências não só da CPI, mas também da Justiça Federal, aqui, que está ouvindo essas mesmas pessoas que nós viemos ouvir. Então, nós temos que tentar conciliar as duas agendas para que se possa ouvir a todos.

Eu deixei essa solicitação feita no que for possível para tentarmos antecipar as oitivas de terça-feira e de quarta, e vamos aguardar as respostas aqui daqueles que são os responsáveis por liberar essas pessoas que nós temos que ouvir aqui na Justiça Federal.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Eu até sugiro, Presidente, se realmente já tiver os próximos depoentes já assegurados de *habeas corpus*, que a gente faça uma delegação menor, Deputada Maria do Rosário; que fiquem aqui menos Deputados, e os outros, na verdade, possam até retomar a Brasília, porque acho que nós vamos dar mais resultado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputada Eliziane, não se torna nem necessária a questão dos *habeas corpus*. Como eles são investigados, eles podem se reservar no direito de permanecer calados sem estarem necessariamente com decisão judicial para isso. Aqui, hoje, nenhum tinha *habeas corpus*; eles apenas exerceram o direito de ficar calados, os advogados comunicaram previamente. Mas cabe ao Presidente, cabe aos Parlamentares fazerem os questionamentos, para, a partir daí, eles poderem resolver se vão responder às perguntas ou não.



Então, Deputada Maria do Rosário.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Sr. Presidente, talvez, esta seja a primeira CPI ou a mais importante após o instituto da delação premiada ser estabelecido no País. Então, eu acredito que nós estamos também fazendo uma experiência importante, pelo grau de relacionamento que se institui entre os integrantes da polícia, do próprio Judiciário e, no caso, aquela, aquele que é investigado, ou investigada, e a prerrogativa é utilizada a favor, no caso, na orientação dos advogados, para que a pessoa, com aquele que tem o poder de beneficiá-lo, estabeleça o depoimento.

Então, talvez, dentro do espectro que o Deputado Celso Pansera anteriormente entrevistou, nós temos que realmente estudar a matéria. Enfim, talvez, V.Exa. pudesse até determinar, como disse o Deputado Imbassahy, alguns procedimentos justamente de análise com a assessoria jurídica de como podemos melhorar, para o futuro, a própria atuação das CPIs com este novo instituto, já que nós não temos o mesmo poder. Tratar-se aqui de um inquérito, aqui, como é um inquérito policial, como é... Esse é um inquérito, também, no âmbito da CPI. É uma Comissão Parlamentar de Inquérito, mas ela não tem o mesmo poder. Então, eu acho que nós poderíamos para o futuro analisar.

No entanto, me inscrevi, Sr. Presidente, apenas para dar ciência à Comissão de que nós faremos na nossa bancada um revezamento. O Deputado Leo, em seguida, estará chegando, então assumirei outras tarefas em Brasília, e o Deputado Leo permanecerá no âmbito da CPI. Apenas, no diálogo com a Deputada Eliziane, nós faremos, como bancada, um revezamento aqui para cumprirmos aquilo que o senhor determinar como importante — análise documental, aquilo que V.Exa. avaliar positivo — mesmo no interregno entre os depoimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa. Concorde em número, gênero e grau. A legislação evoluiu, com o instituto da delação premiada, diversas outras decisões do Congresso Nacional, e acredito que o funcionamento das CPIs também precisam evoluir para que não fiquem limitados... que as CPIS não fiquem limitadas a estarem muitas vezes tentando produzir e a própria legislação travando esse trabalho. Concorde com V.Exa.



Com a palavra o Deputado Delegado Waldir.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Sr. Presidente, permita-me aqui, mesmo em respeito aos nobres colegas Parlamentares, discordar; discordar que, na verdade, esses eventos aqui não são improdutivos. Eu vejo o seguinte: está no papel constitucional da CPI fazer o deslocamento até onde ela tem... Então, ouvir as pessoas. O delegado, o juiz, quando ouvem os interrogados, nós temos que respeitar o direito do silêncio. E a fala dele não se esgota a produção de provas. Esta CPI não está calcada apenas na palavra... Não está calcada, não está amparada apenas na palavra dos delatores. Nós temos outras provas, e V.Exa. sabe disso. Nós temos quebra de sigilos, temos acesso a vários procedimentos, a várias provas. Então, mesmo aqui, trazendo para o povo brasileiro e para a imprensa a expressão desses interrogados, desses investigados, o silêncio deles e depois as delações premidas, tudo isso é importante no conjunto comprobatório, Sr. Presidente.

Eu acho que esta CPI desempenha um excelente papel. Eu vou ficar aqui até o final, até quarta-feira, em tantos eventos e ouvir quantos...

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Até quinta, Deputado!

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - ...investigados forem manter em silêncio, eu quero ouvir. Eu quero que eles não respondam as minhas perguntas, que eles fiquem calados, porque eles não estão ficando calados apenas diante de mim, diante do senhor, Sr. Presidente; eles estão ficando calados diante do povo brasileiro. E o povo brasileiro já não é mais bobo! Hoje, já está ligado à Internet e sabe que o que esse silêncio representa. O trabalho que a Polícia Federal tem feito, o Ministério Público, o Dr. Sérgio Moro, a Justiça Federal, todos os órgãos, sem dúvida nenhuma, dão respaldo ao nosso trabalho.

Quero dizer a V.Exa. que não vou correr em nenhum momento de estar presente aqui. Vou ficar até o último dia. E quero ouvir, e quero estar na careação, mesmo com silêncio, quero contradizê-los, quero perguntar. Isso daqui, Sr. Presidente, é uma missão que está na Constituição. Eu a aceitei, como delegado, e hoje aqui como instrutor dessa investigação, e não me vou furtar, nobre Relator, de nenhuma pergunta, de nenhum questionamento. E, mesmo que esteja esvaziado, eu



vou estar sentado aqui para ouvir o senhor, para ouvir as pessoas, os Presidentes e o Relator.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Só para incluir, Sr. Presidente, não vou nem entrar no debate com o Delegado, muito embora discorde dele totalmente, é só para que seja incluída na ordem, na pauta os meus questionamentos; na Taquigrafia, melhor dizendo, da Casa os meus questionamentos com o José Dirceu. Estou registrando aqui para que fique registrado na Taquigrafia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. será atendida nos termos regimentais.

Antes de passar a palavra para o Deputado Imbassahy, eu gostaria só de fazer um comentário sobre as colocações do Deputado Delegado Waldir. A CPI... Ninguém pode dizer que nós não estamos procurando cumprir com o nosso papel, que é o de estar aqui ouvindo. Nós saímos dos nossos Estados — como saímos no dia de ontem, em pleno domingo, para chegar aqui à noite, para já pernoitar aqui para começar cedo — com o intuito de produzir, de ouvir, de buscar esses questionamentos, mas cabe-nos respeitar as leis do nosso País e seguirmos o nosso caminho. E é isso o que vamos fazer.

Deputado Antonio Imbassahy.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - No que concordo, Presidente, plenamente. Apenas para deixar claro o relevo, a importância da lei que trata da colaboração premiada. É fundamental que seja mantida a integralidade, o conceito, o critério, porque foi exatamente através dessa legislação que essa força-tarefa, a Operação Lava-Jato tem conseguido alcançar resultados inimagináveis.

Ninguém poderia imaginar — e foi dito, inclusive, na última acareação que tivemos em Brasília —, nem mesmo eles: o próprio Alberto Youssef, o doleiro, e o próprio Paulo Roberto Costa, ex-Diretor da PETROBRAS, ambos importantes protagonistas dessa grande organização criminosa, sabiam a dimensão dessa roubalheira que se instalou dentro da PETROBRAS. Tudo isso permitiu ser



desvendado, através dessa importante, importantíssima lei que trata da colaboração premiada.

Como também, Sr. Presidente — eu sei que V.Exa. inclusive já teve conversações com membros da OAB, com membros da Justiça brasileira, com respeito à questão do Código de Processo —, não é razoável essa sensação de impunidade. Enfim, uma pessoa que é condenada de maneira clara, com provas materiais na primeira instância, fique eternamente procrastinando uma decisão final, uma pena final através de processo e recursos e mais recursos. Talvez seja o único País no mundo que ofereça esta possibilidade: uma pessoa condenada no primeiro grau e no segundo grau continuar livre, leve e solto, fazendo o quê? Tomando decisões com advogados, recursos e fazendo com que a pena não chegue a ser efetivada no momento próprio. Anos e anos se passam, Sr. Presidente!

Então, essa é uma questão também que eu acho que esta CPI poderá refletir, debater e enfrentar, apresentar ao Congresso Nacional algo que impeça essas pessoas que cometeram crimes, e que estão absolutamente comprovados, permaneçam em liberdade *ad aeternum*, 10, 15, ou mais anos. Isso é uma excrescência da legislação. Eu acho que a gente pode apresentar ao Congresso Nacional uma proposta, e caberá ao Congresso Nacional e a sociedade brasileira cobrar uma boa solução.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos os funcionários; Agradeço aqui o apoio da Polícia Federal, dos funcionários da Justiça Federal aqui de Curitiba, o apoio e a recepção a todos nós que representamos aqui o Congresso Nacional; agradeço a imprensa aqui presente por sua cobertura.

Declaro encerrada a presente reunião.

**DOCUMENTOS ENCAMINHADOS AO DETAQ PARA INCLUSÃO NAS NOTAS  
TAQUIGRÁFICAS A PEDIDO DO PRESIDENTE**





Deputado Altineu Côrtes

Roteiro de Oitiva

**ELTON NEGRAO DE AZEVEDO JÚNIOR**

(Requerimento 1046 - Deputado Celso Pansera)

Diretor executivo da Andrade Gutierrez

Preso na 14a. Fase da Operação da Lava Jato.

Grandes empreiteiras do Brasil, entre elas a OAS, UTC, Camargo Correa, Odebrecht, ANDRADE GUTIERREZ, Mendes Júnior, Queiroz Galvão, Engevix, SETAL, Galvão Engenharia, Techint, Promon, MPE, Skanska, LESA e GDK teriam formado um cartel, através do qual teriam sistematicamente fraudado licitações da Petrobrás.

A existência do cartel e o pagamento sistemático de propinas já foram admitidos por vários dos envolvidos nos crimes.

Também foi admitido por vários dos envolvidos a participação da ANDRADE GUTIERREZ no cartel e no pagamento de propinas.

**PERGUNTAS**

1) Vamos falar de obras que atingem diretamente a minha região no Estado do Rio de Janeiro. A licitação para a implantação da Unidade de Coqueamento Retardado - UCR no COMPERJ foi vencida pelo Consórcio TE-AG, que reunia a TECHINT e a ANDRADE GUTIERREZ, com a proposta de menor preço de R\$ 1.938.191.350,00, cerca de 15% acima do valor de estimativa da Petrobrás (R\$ 1.673.156.044,00) CONTRATO 0800.0057282.10.2 data de inicio: abril/2010.



Foram apresentadas três propostas, todas por empreiteiras que faziam parte do cartel. Após negociação, o contrato foi celebrado com a PETROBRÁS (20% sobre a estimativa). O TCU calculou inicialmente um prejuízo de R\$ 528 MILHÕES de reais pelo somente pelo impacto do atraso na obra.

Tabelas da obra (UCR rio COMPERJ) foram apreendidas na ENGEVIX com o título de "PROPOSTA DE FECHAMENTO DO BINGO FLUMINENSE", e apontavam a preferência, entre as empreiteiras, da TECHINT e da ANDRADE GUTIERREZ (pelas siglas "TC" e "AG", respectivamente).

a) Essa maneira jocosa de tratar as reuniões do clube de empreiteiras retratava o descaso e a certeza de que isso nunca seria descoberto?

b) O que o senhor tem a dizer para os milhares de desempregados da região de ITABORAÍ e SÃO GONÇALO?

c) Vossa Senhoria pretende devolver o dinheiro desviado?

2) O senhor confirma que participou do pagamento de propina a funcionários públicos da PETROBRÁS para conseguir êxito nas licitações em que a ANDRADE GUTIERREZ participou?

3) O senhor abre portas no poder pagando propinas a funcionários corruptos?

4) O senhor tem algum tipo de medo quando responde aos questionamentos da Justiça Brasileira?

5) O senhor pode afirmar a esta CPI que faltam mecanismos na estrutura governamental para coibir objetivamente essas práticas ilícitas em que Vossa Senhoria se envolveu?



6) As maiores empreiteiras do Brasil, inclusive a ANDRADE GUTIERREZ foram arroladas na operação Lava Jato, que começou investigando doleiros por transações financeiras ilegais e chegou ao grupo de empreiteiras e a partidos políticos. O senhor ainda acredita que a impunidade vai vencer nesse país?

7) Agora vemos confirmada a participação da ANDRADE GUTIERREZ. O serviço público no Brasil foi duramente atingido pelo setor privado - o setor das grandes construtoras - de forma drástica na sua essência com gravíssimos reflexos e prejuízos à economia Brasileira.

Em sua opinião quais seriam os fatores que favorecem a existência da corrupção do nosso país?

8) Consegue-se obra pública sem corrupção no Brasil? E conseguindo ela se torna viável?

9) O senhor concorda com a alegação de que executivos da ANDRADE GUTIERREZ e das demais empresas são obrigados a participar do esquema?

Roteiro de Oitiva

### **OTAVIO MARQUES DE AZEVEDO**

Requerimentos 37/2015 - Deputados Carlos Sampaio, Antonio Imbassahy: 901/2015

- Deputado Ivan Valente; 905/2015 - Deputado Aluísio Mendes

#### **Presidente da Andrade Gutierrez**

#### **Está entre os 50 empresários mais poderosos do país**

Há os poderosos. E também os poderosos dos poderosos. OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO se enquadra nesta categoria. AZEVEDO é não apenas um executivo de inegável prestígio, comandante de um grande grupo, mas, acima de tudo, braço



direito e voz de um dos mais influentes empresários do país, SERGIO ANDRADE. Há quem diga que os dois são apenas um. Diante de uma decisão de AZEVEDO, o interlocutor sabe que está ouvindo a palavra de ANDRADE, tamanho o mimetismo. Em duas décadas na ANDRADE GUTIERREZ, o executivo conduziu a consolidação da companhia na área de telecomunicações, atuou na linha de frente de um dos maiores negócios do setor - a fusão entre Oi e Brasil Telecom - e se transformou em contumaz interlocutor entre a iniciativa privada e o governo, independentemente dos inquilinos do poder instalados em Brasília.

Na segunda metade da década de 1990, OTÁVIO AZEVEDO participou ativamente das articulações para o ingresso da ANDRADE GUTIERREZ nos leilões do setor de telefonia. Curiosamente, AZEVEDO costurou, à época, uma aliança com a PORTUGAL TELECOM. O grupo integrava o consórcio que arremataria o controle da Telesp Celular, mas saiu antes mesmo da licitação em razão do alto custo do investimento. Anos mais tarde, o tempo mostraria que os caminhos da ANDRADE e da PT estavam fadados a se cruzar. A construtora, no entanto, não faria forfait no leilão da Telebrás. Ao lado de SERGIO ANDRADE, OTÁVIO AZEVEDO foi um dos artífices da formação do consórcio com a LA FONTE e o investidor ANTÔNIO DIAS LEITE que ficaria com a concessão da TELEMAR.

EM 2007, o executivo que um dia, mesmo que por poucos meses, disse "não" ao convite de SERGIO ANDRADE, foi escolhido para assumir a presidência da ANDRADE GUTIERREZ. Sua nomeação marcou a profissionalização da gestão do grupo, com a saída de SERGIO ANDRADE do comando executivo. A esta altura, a relação entre ambos já estava soldada a ferro e fogo. Como afirma um ex-executivo do grupo, OTÁVIO AZEVEDO é um sócio sem ações, mas com um grande capital: a total confiança de SERGIO ANDRADE. Em 2009, AZEVEDO capitaneou mais uma grande operação: a compra de 33% da CEMIG, que valeu à ANDRADE GUTIERREZ o ingresso em uma das maiores empresas do setor elétrico.



Hoje, OTÁVIO AZEVEDO comanda um colar de empresas com negócios nas áreas de construção civil, telecomunicações, saneamento, concessões rodoviárias e energia e atuação em mais de 30 países. Em sua gestão, a ANDRADE GUTIERREZ consolidou seu processo de diversificação - hoje, a área de engenharia responde por menos da metade do faturamento total do grupo, em torno de R\$ 17 BILHÕES em 2012.

## **PERGUNTAS**

- 1) Quem era o responsável dentro da ANDRADE GUTIERREZ em fazer a interlocução com a PETROBRAS?
- 2) Quando e como o senhor conheceu o ex-diretor PAULO ROBERTO COSTA? Quem os apresentou?
- 3) Saberia nos dizer quais os contratos que a ANDRADE GUTIERREZ conquistou junto à PETROBRAS?
- 4) Quem ajudou a ANDRADE GUTIERREZ a conquistar contratos do COMPERJ? Saberia nos precisar os valores desse contrato?
- 5) Como e quando o senhor conheceu o FERNANDO BAIANO? Qual era a relação que os senhores mantinham?
- 6) Que tipo de parceria o senhor FERNANDO BAIANO lhe propôs junto a PETROBRAS? E fora da PETROBRAS? Onde ele mais atuava?
- 7) O senhor FERNANDO BAIANO já fez algum tipo de arrecadação de dinheiro em nome da ANDRADE GUTIERREZ?



8) EM 2012, o senhor, mesmo estando em SP, vendeu sua lancha avaliada em R\$1,5 MILHÃO para o senhor FERNANDO BAIANO que morava no Rio. O senhor acredita que o Sr. FERNANDO BAIANO tenha comprado essa embarcação procurando se aproximar do senhor ou o senhor acredita que a compra ocorreu completamente por acaso?

9) Como foram feitos esses pagamentos? O senhor declarou a venda dessa lancha?

10) O senhor confirma que a política de doações da ANDRADE GUITERREZ era doar, exclusivamente, para os diretórios dos partidos? A ANDRADE GUITERREZ nunca fez doação direta para nenhum candidato?

11) Qual foi a comissão combinada entre a ANDRADE GUITERREZ com FERNANDO BAIANO para conquistar o contrato da coqueira na ARABIA SAUDITA?

12) Em seu depoimento, o senhor afirma que a ANDRADE GUITERREZ chegou a gastar R\$ 90 MILHÕES DE REAIS em formulação de propostas para participar dos certames da PETROBRAS, tendo sido derrotada em sua imensa maioria. Poderia nos detalhar melhor como eram formuladas essas propostas?

Roteiro de Oitiva

**JORGE LUIZ ZELADA**

(Requerimentos 22/2015 - Carlos Sampaio, Antonio Imbassahy, Bruno Covas e Izalci; 98/2015 - Deputados Onyx Lorenzoni e Efraim Filho; 538/2015 - Deputado Ivan Valente)

**Diretor Área Internacional PETROBRÂ8 (2008 a 2012).**

**Preso na 15a fase da Operação Lava Jato**

**(Conexão Mônaco)**



Em matéria publicada em 17 de julho de 2014, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) denunciou Vossa Senhoria à 27ª Vara Criminal da Capital, e o senhor MARCO ANTÔNIO DURAN, diretor de Contratos da Construtora ODEBRECHT. A denúncia foi baseada no relatório e auditoria interna realizada pela própria PETROBRAS.

"Jorge Luiz ZELADA, com o auxílio de advogado, técnico e engenheiros da companhia, direcionou o processo licitatório do PLANO DE AÇÃO DE CERTIFICAÇÃO EM SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE (SMS) da Área Internacional em favor da empreiteira, resultando na contratação da ODEBRECHT pela quantia exata de US\$ 825.660.293,73 em setembro de 2010."

De acordo com a denúncia, Vossa Senhoria violou o ato convocatório da licitação, determinando que a contratação dos serviços se desse de forma centralizada. Duas comissões foram criadas: de contratação e de licitação, onde seus integrantes assinavam atas sem tomarem ciência efetiva do teor de documentos e reuniões. A aprovação do projeto por Vossa Senhoria se deu ainda sem as avaliações prévias obrigatórias dos comitês de gerentes gerais e de gerentes executivos da PETROBRÁS.

Também foram denunciados Alúcio Teles Ferreira Filho (engenheiro da Petrobras), Venâncio Pessoa Igrejas Lopes Filho (advogado da Petrobras), Alexandre Penna Rodrigues (engenheiro da Petrobras), Ulisses Sobral Calile (técnico de inspeção de equipamentos transferido da Transpetro para Petrobras exclusivamente para tomar parte na licitação), Sócrates José Fernandes Marques da Silva (engenheiro da Petrobras), João Augusto Rezende Henriques (ex-empregado da Petrobras) e Rodrigo Zambrotti Pinaud.

Somente o senhor João Augusto Rezende Henriques foi objeto de convocação pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá (Requerimento 434/2015) aprovado em 14 de maio de 2015 mas até agora não prestou depoimento nesta CPI.)



Além disso, o MPRJ providenciou o encaminhamento do caso para o Núcleo de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (NCCLD) da Polícia Civil do Rio de Janeiro, para que seja instaurado inquérito relativo à fraude, incluindo também a venda da refinaria de San Lorenzo (projeto Atreu); aquisição de participação de 50% no bloco 2714 - A, offshore da Namíbia; a contratação da empresa Vantage Deepwater Company - serviços de perfuração do navio sonda Titanium Explorer; e a venda de 27,3% da participação indireta na Edesur (distribuidora de energia argentina).

## **PERGUNTAS**

- 1) Quando o senhor fez essa contratação viciada?
- 2) O senhor iniciou as práticas de ilícitos a partir dessa licitação fraudulenta?
- 3) Essas pessoas envolvidas com Vossa Senhoria obedeciam ao seu comando ou havia um superior que te dava ordens para essa prática?
- 4) Com o desenrolar das investigações, o Ministério Público do Rio de Janeiro e a Polícia Federal vão descobrir novo braço de corrupção na Área Internacional?
- 5) Quando o senhor assumiu a Área Internacional da Petrobrás Vossa Senhoria já tinha conhecimento das atividades ilícitas praticadas pelo seu antecessor?
- 6) O senhor NESTOR CERVERÓ influenciou sua indicação para o cargo?
- 7) O senhor NESTOR CERVERÓ pediu a Vossa Senhoria participação na propina?
- 8) O senhor é identificado como elo no esquema. O senhor pode nos esclarecer a que ou a quem o senhor faria a ligação pra ser chamado de elo no esquema?





9) Suas contas secretas em MÔNACO foram rastreadas e identificadas. O senhor tem contas secretas em outros países?

10) Na sua delação Vossa Senhoria vai falar mais sobre a equipe que te ajudava a fazer licitações fraudulentas, a exemplo de Aluísio Teles Ferreira Filho, Venâncio Pessoa Igrejas Lopes Filho, Alexandre Penna Rodrigues e outros companheiros de Petrobrás?

11) A PETROBRÁS está com obras paralisadas e incompletas pelo Brasil afora, milhares de pessoas desempregadas, empresas que não tem nada a ver com essa roubalheira quebraram em função de contratações suspensas pela PETROBRÁS.

**ROTEIRO DE OITIVA**  
**JOÃO BERNARDI FILHO**

(Requerimento 662/2015 - Deputado João Bacelar)

**EMPRESA SAIPEM**

1) O Sr. ALEXANDRE SANTOS DE OLIVEIRA, seu sócio na empresa OIL & GAS SERVICE é genro de IRANI CARLOS VARELLA (ex-diretor da PETROBRAS Uruguai e ex- assessor da então presidente GRAÇA FOSTER). Que tipo de serviço o Sr. ALEXANDRE SANTOS DE OLIVEIRA realizada dentro da empresa? Ele tinha informações privilegiadas sobre a PETROBRAS? Como os senhores se conheceram?

2) Desde quando o senhor conhece o ex-diretor RENATO DUQUE? Como foram apresentados?



- 3) O senhor é apontado pela PF como laranja de RENATO DUQUE. O senhor confirma isso?
- 4) Quais outras empresas o senhor representa ou representou junto a PETROBRAS, além da italiana SAIPEM e da brasileira ODEBRECHT?
- 5) Poderia nos dizer qual o volume de negócios que a SAIPEM movimentou junto a PETROBRAS?
- 6) Desde quanto o senhor se desligou da ODEBRECHT? Porque seu nome continua no quadro da empresa junto a RECEITA FEDERAL até hoje?
- 7) Que tipo de serviços a sua empresa HALEY S/A faz? É uma empresa de fachada, apenas para movimentar propinas?
- 8) A HALEY fazia movimentações exclusivamente para o Sr. RENATO DUQUE ou atendia a outros clientes? Quais?
- 9) Quantas obras de arte o senhor comprou para o Sr. RENATO DUQUE? Eram todas legítimas? Por que essa predileção em relação às obras de arte?
- 10) O senhor foi levar R\$ 100 MIL ao ex-diretor RENATO DUQUE, mas acabou sendo assaltado quase em frente à sede da PETROBRAS. O senhor sacou essa quantia em algum banco? Qual? Ladrão que rouba ladrão, tem 100 anos de perdão?
- 11) No outro dia o senhor esteve novamente com o Sr. RENATO DUQUE. O senhor levou mais R\$ 100 MIL ou foi explicar que havia sido assaltado? Ele perdoou a dívida?
- 12) Porque a HALEY S/A tinha sede no Uruguai mas a conta era na Suíça?



13)O senhor ainda trabalha na SAIPEM? Desde quando foi desligado?

PESQUISA

**JOÃO ANTÔNIO BERNARDI FILMO**

- Preso na 14a fase da Operação Lava Jato
- Ex-dirigente da ODEBRECHT,
- Divide a sociedade da empresa OIL & GAS SERVICE com ALEXANDRE SANTOS DE OLIVEIRA, (genro de IRANI CARLOS VARELLA, ex-diretor da PETROBRAS Uruguai e ex-assessor especial da então presidente da estatal, GRAÇA FOSTER).
- Sócio da empresa HAYLEY, que recebeu propina de US\$ 1 MILHÃO DE DÓLARES de JÚLIO CAMARGO da TOYO SETAL

Os investigadores da Lava-Jato suspeitam que a rede de empresas do ex.-dirigente da empreiteira operava para movimentar dinheiro de negócios suspeitos envolvendo a PETROBRAS e seus fornecedores, o que inclui a ODEBRECHT.

O endereço declarado da HAYLEY, em Montevideu, capital do Uruguai, está vazio. Segundo o jornal, no local já funcionou um escritório de advocacia, mas vizinhos e funcionários do prédio nunca ouviram falar da empresa.

A firma uruguaia é sócia da HAYLEY DO BRASIL, que funciona em escritório de advocacia de CRISTINA MARIA DA SILVA JORGE, também com prisão decretada pelo juiz Sérgio Moro.



BERNARDI parece ter mantido os esquemas da rede de negócios ativo, mesmo após o escândalo de corrupção da PETROBRAS ser revelado. Um dos indícios é um e-mail enviado, em. abril, à CRISTINA JORGE, com perguntas sobre a empresa. A mensagem foi rastreada pela Polícia Federal e, para Moro, "ilustra que João Antônio Bernardi Filho persistiu no controle da. HAYLEY". Isso porque, logo após receber a mensagem do repórter, CHRISTINA a enviou a BERNARDI, pedindo orientação: "seguem as perguntas, aguardo seu comentário".

Com a prisão de BERNARDI, os investigadores esperam esclarecer pontos nebulosos na trajetória do empresário. Uma das frentes aponta para a OIL & GÁS SERVICE, que o envolveria mais diretamente a PETROBRAS, por ser fruto de uma parceria com ALEXANDRE OLIVEIRA.